

29

BIBLIOTECA DE ECONOMIA	
DATA DE AQUISIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO

# HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL

No. 78.602  
USP - ESALQ  
DIVISÃO DE BIBLIOTECA  
E DOCUMENTAÇÃO

## CYRO DE BARROS REZENDE FILHO

EDITORA  
**CONTEXTO**

USP/ESALQ/DIBE  
Departamento de Economia, Administração e Sociologia  
BIBLIOTECA

“A maioria dos erros básicos cometida correntemente na análise econômica, resulta mais da falta de experiência histórica, do que de qualquer outra deficiência do instrumental do economista”.

Joseph Schumpeter, *History of Economic Analysis*

“A exigência de uma aproximação entre a ciência econômica e a história, faz-se sentir de uma maneira cada vez mais forte, ainda que de uma forma confusa. Esta exigência sugere uma *confrontação* – que é o contrário de “oposição” – de duas formas de pensar, de dois tipos de análise – a análise histórica e a análise econômica – estimuladas muitas vezes por curiosidades muito próximas, mas baseadas em hábitos e atitudes bastante distintos. Quando um economista chama um trabalho de “histórico” ou “descritivo”, condena-o. Quando um jovem historiador emprega a palavra “teoricamente”, sente-se fulminado pelo olhar de seus professores. Este divórcio é fatal para a edificação de uma ciência das sociedades humanas em movimento”.

Pierre Villar, *Crecimiento y Desarrollo*

À Zélia,  
que deu cor ao amor

## 1. PRIMEIROS SISTEMAS ECONÔMICOS

*"Possa ele tornar os campos produtivos como o cultivador,  
Possa ele multiplicar os rebanhos como um pastor de confiança,  
Sob seu reinado, que haja plantas e grãos,  
Que, no rio, haja água de sobra,  
Que no campo possa haver uma segunda colheita".*

*Oração mesopotâmica do III<sup>o</sup> milênio a.C., para celebrar o ritual da união do rei com a deusa da Terra.*

Foi no decorrer do período neolítico (7000-3000 a.C.), que o homem adotou uma radical mudança em seu relacionamento com a natureza. De um comportamento puramente *predatório*, baseado na caça, pesca e coleta de frutos e plantas comestíveis, que lhe impunha uma existência nômade e impedia seu crescimento demográfico, ele lentamente passou a ser um *produtor*, modificando, com sua intervenção, a seleção natural das espécies animais e vegetais, favorecendo a reprodução daquelas que lhe poderiam servir de alimentos.

Esta mudança, que recebeu a tradicional denominação de Revolução Neolítica, consistiu basicamente na domesticação de animais e no aparecimento da agricultura.

Foi a atividade agrícola, principalmente, que permitiu que o homem passasse a viver em comunidades estáveis, sedentarizando-o, e introduzindo a noção de trabalho coletivo e regular.

Paralelamente, com o crescimento demográfico decorrente do controle que o homem passou a ter sobre suas fontes de alimentação, começou a ocorrer uma diferenciação social do trabalho – possibilitando o desenvolvimento de novas técnicas, como a cerâmica, a tecelagem e a fabricação de instrumentos de pedra polida, que contribuíram para o sucesso das comunidades sedentárias – ao mesmo tempo em que as ligou por meio de um sistema de trocas, precursor da atividade comercial.

A crescente liberação de braços da atividade básica de prover o sustento da comunidade, aliada à progressiva diferenciação social do trabalho, levou à formação de diferentes ritmos de produção e acumulação de bens econômicos, o que acabou por produzir o conceito de propriedade, e diferenciar diversos segmentos dentro da comunidade, de acordo com suas posses.

E a difusão do conceito de propriedade levou à necessidade de se demarcar com precisão os limites dos lotes de terras, de se registrar o tamanho dos rebanhos, e de se mensurar o volume da produção agrícola, o que induziu à invenção da escrita, com a consequente passagem para a história.

## AS CIVILIZAÇÕES HIDRÁULICAS

O aparecimento da agricultura, com a introdução do trabalho coletivo e regular, levou o homem a se fixar nos locais mais adequados ao desenvolvimento desta atividade: às margens dos grandes rios. Por volta de finais do neolítico, as primeiras civilizações nasceram em torno dos vales dos rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia; do Nilo, no Egito; do Ganges e do Indo, na Índia; e do Amarelo, na China.

Na área que engloba a Mesopotâmia e o Egito, denominada de Crescente Fértil, apesar das cheias dos rios fertilizarem anualmente o solo, permitindo uma alta produção agrícola, ou precisamente por causa de sua ocorrência, houve a necessidade de um grande volume constante de trabalho coletivo, para a construção e manutenção de diques, barragens, canais e reservatórios, que levou à formação de sociedades urbanizadas e complexas, baseadas na irrigação.

Estas sociedades, denominadas de acordo com sua característica básica, de civilizações hidráulicas, ou de regadio, produziram um tipo de Estado bastante burocratizado, que pode ser chamado de *monarquia-teocrática*.

### Mesopotâmia

Densamente habitada, devido à alta produtividade agrícola, a "região entre os rios" – que corresponde ao Iraque atual, conheceu,

desde finais do quarto milênio a.C., uma urbanização crescente, com o desenvolvimento de prósperas cidades-Estados.

Embora freqüentemente invadida por populações nômades, e apesar das várias tentativas de suas cidades-Estados mais poderosas imporem-se umas às outras, estabelecendo impérios de maior amplitude (Lagash, 2500-2360 a.C.; Agade, 2350-2230 a.C.; Assur, 1800-1375 a.C.; Babilônia, 1728-1686 a.C.), a Mesopotâmia não presenciou alterações significativas em seu sistema econômico original: a *dualidade palácio real e templos*.

A base da economia mesopotâmica sempre foi a produção agrícola, e produção que dependia de um constante e numeroso trabalho em obras de irrigação, para seu sucesso. Some-se a isso, os fatos de:

1. ser a região cercada por populações hostis, que constantemente a invadiam, o que obrigou ao emprego de mão-de-obra em atividades bélicas, com a formação precoce de exércitos profissionais;

2. essa região depender do comércio exterior para a obtenção de matérias-primas como madeiras, pedras e metais, o que levou à necessidade de uma considerável produção artesanal, para poder ser trocada por estas matérias-primas.

Nesse quadro, garantir a sobrevivência das camadas urbanas (burocratas, militares, artesãos, comerciantes, sacerdotes) e dos grupos dominantes (família real, chefes militares, altos sacerdotes), era um problema fundamental.

Sua solução baseou-se na imposição de períodos de trabalho compulsório, e de requisições de produtos, às aldeias que abrigavam a grande maioria da população. Assim, formaram-se enormes e estáveis sistemas econômicos em torno do palácio real e dos templos, que englobavam terras, rebanhos, barcos, granjas, estábulos, celeiros, oficinas e trabalhadores dependentes, fossem pessoas cumprindo suas quotas de trabalho compulsório, fossem escravos.

Com respeito aos escravos, seu número não foi significativo, e parecem ter sido utilizados apenas em moinhos, e nas tecelagens reais. A razão para seu reduzido emprego deve ter sido menos seu alto custo (equivalente ao preço de um boi, por volta de 1700 a.C.), e mais devido ao sucesso do sistema de extração de excedente econômico, via trabalho compulsório e apropriação de parcelas de produção, imposto à quase totalidade da população mesopotâmica.

Esta razão torna-se mais evidente, quando se observa os limites impostos à escravidão: a escrava que procriava, com a morte de seu senhor adquiria para si e seus filhos, a condição de livre; a escravidão por dívidas estava limitada a um período máximo de três anos.

Neste sistema econômico composto por uma multidão de homens livres, embora articulados ao redor de grandes complexos produtivos – o palácio real e os templos, aos quais deviam períodos de trabalho obrigatório e não-remunerado (denominados *corvéia real*), e aos quais entregavam anualmente partes de sua produção, a monetarização avançou muito.

Desde finais do quarto milênio a.C., adotou-se o conceito de moeda, como um bem que serve de medida comum de valor e de instrumento de troca. Do uso da cevada, como elemento de referência padrão, avançou-se para a utilização dos metais – ouro e prata, principalmente a última.

Também os bancos fizeram parte da vida econômica da Mesopotâmia, desde seus inícios. As primeiras referências são de 3400 a.C., do Templo Vermelho da cidade de Uruk, que juntando aos seus próprios recursos, as oferendas e donativos recebidos, emprestava-os a juros, para agricultores e comerciantes. A instituição difundiu-se muito, a ponto de em meados do segundo milênio a.C. serem os bancos comuns às maiores cidades da região, e realizarem operações padrão de empréstimos, a juros anuais que alcançavam 33% para os cereais e 20% para os metais; e por volta de 800 a.C., o sistema bancário havia evoluído a ponto de operações como pagamento de juros sobre depósitos, débitos em conta-corrente, e transferências de fundos para outras praças, tornarem-se prática comum.

Esta economia mesopotâmica bastante monetarizada foi fundamentalmente de base agrícola, dependendo do cultivo de cevada, trigo e centeio; e seu artesanato pujante deve ser visto como uma atividade complementar à economia rural, uma vez que as matérias-primas transformadas eram basicamente de origem vegetal e animal: da cevada fazia-se cerveja; da seiva da tamareira fermentada obtinha-se vinho; da palha fazia-se móveis, cestos, esteiras e demais objetos afins; da semente de sésamo extraía-se óleo, utilizado para cozimento e iluminação; das fibras do linho e da lã dos ovinos produziam-se tecidos; e do leite, produziam-se laticínios.

Rica portanto, em recursos agrícolas, a Mesopotâmia era des-

provida de minérios, pedras e mesmo de madeira, já que a palmeira – abundante na região – era um péssimo material de construção. A argila, misturada com palha picada e posta para secar ao sol (quando se transformava em resistentes tijolos), foi seu típico material de construção, largamente utilizado em palácios, templos, muralhas e demais edifícios. Não só os objetos de uso diário (jarros, potes) eram predominantemente feitos de cerâmica, como ela era também utilizada na forma de azulejos vitrificados e coloridos, para a decoração de palácios e templos. A argila foi, ainda, o material utilizado para a escrita: os caracteres eram impressos em placas de argila úmida que, depois de cozidas, adquiriam uma notável resistência.

Baseada na produção agrícola e restrita à argila, como material básico para a vida cotidiana, a Mesopotâmia desenvolveu, desde os primeiros tempos de sua ocupação sistemática, um ativo comércio exterior, destinado a supri-la das matérias-primas que não possuía: da África importava marfim e ouro; da Síria e do Líbano, madeiras, mármore e basalto; da Ásia Menor, prata, cobre, e depois ferro; da Pérsia e do Elam, madeiras, cobre, estanho e lápis-lazúli; da Arábia e da Índia, ouro, pedras preciosas e marfim.

Quanto a seu comércio interno, centrado nas cidades, ele sempre foi muito ativo e diversificado, oferecendo desde produtos alimentícios até ferramentas e demais utensílios de uso cotidiano, como reflexo natural de um sistema econômico composto por homens livres e bastante monetarizado. Os bazares que existem até hoje, em todas as cidades do Oriente Médio, podem dar uma idéia bastante real do que foi a economia da Mesopotâmia.

## Egito

Localizada ao longo do vale do rio Nilo, a civilização egípcia foi corretamente denominada pelo historiador grego Heródoto, como sendo “uma dádiya do Nilo”. O rio corre pelo platô desértico do norte da África, estendendo-se por cerca de 1.200 km por território egípcio. Torna agricultável uma faixa de terra de não mais de 20 km de largura, a não ser em seus últimos 150 km, quando se abre em sete braços que desembocam no Mediterrâneo, formando uma região repleta de canais naturais, charcos e pântanos, denominada Delta.

São as cheias anuais do Nilo, de julho a novembro, que fazendo o rio transbordar de seu leito, inundam suas margens e depositam uma camada de húmus de alto poder fertilizador. Isso possibilitou o desenvolvimento de uma economia agrária, nesse oásis alongado, cercado por um vasto deserto.

Embora a civilização egípcia fosse baseada na irrigação, suas características diferem bastante das da Mesopotâmia, por várias razões.

Primeiro, as cheias do Nilo são regulares, e muito menos destruidoras que as do Tigre e Eufrates, o que fez com que seu sistema de irrigação artificial demorasse mais para se desenvolver e nunca fosse tão complexo como o da Mesopotâmia.

Segundo, os desertos protegiam a região de ameaças externas, o que produziu uma sociedade isolacionista e conservadora.

Terceiro, o Egito não era tão dependente do comércio exterior para a obtenção de matérias-primas, como a Mesopotâmia: possuía ouro, cobre, estanho e pedras para construção, o que não incentivou o crescimento da produção artesanal para trocas, nem levou à monetarização da economia.

E quarto, o Egito não se desenvolveu a partir de cidades-Estados independentes, mas sim através de um Estado precocemente unificado (já em 2850 a.C. existe uma monarquia unificada, centralizando a administração de todo território egípcio), o que fez com que o sistema econômico fosse extremamente centralizado, concentrando-se na corte real, notadamente na pessoa do *rei-deus*, o faraó.

A somatória dessas quatro características, principalmente o fato de o Estado unificado ter precedido tanto a urbanização plena, como a completa divisão social do trabalho, acabou por produzir um sistema econômico altamente estatizado, com ênfase no trabalho coletivo e ordenado, e com um espaço muito estreito para as iniciativas individuais.

Toda a economia egípcia foi orientada no sentido de assegurar a sobrevivência do faraó e das camadas superiores da sociedade – família real, sacerdotes e uma multidão de funcionários administrativos.

Em princípio, toda a terra pertencia ao faraó, e era cultivada por camponeses livres, que lhe deviam a *corvéia real* e entregavam ao Estado parcelas de sua produção. Como na Mesopotâmia, o nú-

mero de escravos sempre foi bastante pequeno, uma vez que eles eram supérfluos, dado o bom funcionamento desse tipo de sistema econômico.

A propriedade privada jamais chegou a se constituir plenamente, pois ela dependia da ratificação do faraó em caso de transmissão por testamento. O que ocorria com frequência era simplesmente a concessão, por parte do faraó, da posse de certa extensão de terra a alguém, durante sua vida.

É erro considerar-se a existência, no Egito, de um dualismo palácio real – templos, como o que ocorreu na Mesopotâmia. Se os templos detinham extensões de terra, eles o faziam enquanto órgãos do Estado, e de um Estado que se confundia com a pessoa do faraó, que tinha pleno acesso aos frutos do trabalho compulsório e das parcelas de produção que a população dedicava aos templos. A prova de que os templos eram parte integrante e inseparável do aparelho de Estado, cumprindo meramente uma função administrativa, é a reforma religiosa efetuada pelo faraó Akhenaton (1377 – 1358 a.C.). Ele, enquanto senhor absoluto dos bens do Estado, fechou todos os templos e confiscou seus bens, redistribuindo-os aos santuários do seu novo deus Aton, *sem encontrar qualquer resistência*, seja por parte dos sacerdotes destituídos, seja por parte da população.

Nesse sistema altamente estatizado, a economia era de base agrária. Cultivavam-se cereais, principalmente trigo e cevada, frutas, verduras e legumes, o linho, e o papiro, largamente utilizado. Dada a exigüidade de terras férteis, os rebanhos de bovinos não foram numerosos, prevalecendo os de gado suíno, ovino e caprino, bem como a sistemática criação em cativeiro de aves (patos, galos, pombos e codornas).

O artesanato egípcio, centrado em suas poucas cidades de grande porte (Tebas, Mênfis, Tânis), tinha sua produção quase que totalmente destinada ao Estado, seja para a decoração de palácios e templos, seja para o consumo da família real e dos altos funcionários da administração.

A economia egípcia não conheceu a monetarização. Os objetos eram trocados por outros objetos, e o Estado remunerava seus funcionários em espécie. Concorreu muito para isso, o fato de não haver diversificação regional da produção, o que inibia o desenvolvimento do comércio interno.

Quanto ao comércio exterior, na medida em que o Egito era praticamente auto-suficiente em relação às matérias-primas de que sua economia necessitava, ele nunca foi muito ativo, restringindo-se basicamente à importação de madeiras, das cidades fenícias – a única matéria-prima de que o Egito realmente carecia – e de algumas mercadorias de luxo – como ébano, marfim e incenso da Somália, e ouro, pedras preciosas e marfim da Núbia.

## AS CIVILIZAÇÕES COMERCIAIS

Algumas civilizações, devido a condições geoclimáticas pouco propícias ao desenvolvimento da agricultura, foram obrigadas a voltarem-se para o exterior, a fim de conseguir os produtos alimentícios básicos, que não conseguiam produzir em quantidade suficiente.

Isto forçou-as a desenvolverem uma urbanização precoce e uma economia artesanal baseada na transformação das poucas matérias-primas de que dispunham em abundância, voltada para a exportação e altamente comercial.

### A Civilização Minóica de Creta

Localizada no Mediterrâneo Oriental, entre o Egito, a Ásia e o continente grego, rica em madeira e favorecida por uma conjuntura de correntes marítimas e ventos favoráveis, a ilha de Creta pôde desenvolver a primeira economia concentrada na produção artesanal para exportação, e no comércio à longa distância.

Povoada em finais do neolítico, suplementava com a pesca, sua parca produção agrícola proveniente de vales estreitos. Explorando as riquezas naturais da ilha – cobre e madeiras –, desenvolvendo sua atividade pesqueira, e passando a cultivar vinhas e oliveiras, a civilização minóica criou as condições para o estabelecimento de comunidades urbanas, onde não existiam terras aráveis em grande quantidade, mas sim bons portos naturais.

Essas comunidades, povoadas por ferreiros, carpinteiros e artesãos, e principalmente por comerciantes e marinheiros, passaram a produzir vinho e azeite, e objetos de cerâmica (potes, jarros e ânfo-

ras) finamente decorados, e a comercializar esses produtos pelas ilhas do mar Egeu, no continente Grego, no Egito e nos portos da Ásia Menor.

Infelizmente, não se conhece com precisão os detalhes da história minóica, devido às dificuldades que até hoje se encontram, para a decifração total de seu alfabeto.

Valendo-se da arqueologia e de várias lendas disseminadas pelos povos indo-europeus (aqueus e jônios), que posteriormente ocuparam a região, pode-se traçar um esboço do desenvolvimento da economia minóica.

Por volta de 1600 a.C., a ilha contava com uma série de cidades em sua costa leste (Cnossos, Phaitos, Mallia, Gournia, Hagiha Triada), todas com um elevado grau de divisão do trabalho, e economicamente voltadas para a produção artesanal de exportação.

As cidades espalhavam-se em torno de grandes palácios não fortificados, que menos que centros de culto ou meras residências reais, funcionavam como centros da produção artesanal, e grandes depósitos e armazéns, para os produtos a serem exportados (vinho, azeite e objetos de cerâmica).

O período áureo da ilha parece ter sido entre 1570 e 1425 a.C., quando a cidade de Cnossos deve ter se imposto às demais, iniciando um período de centralização administrativa, e estabelecendo uma hegemonia marítima (talassocracia) sobre as rotas comerciais do Mediterrâneo Oriental, suprimindo a pirataria e a concorrência das ilhas Cíclades, e obrigando mesmo, algumas áreas do continente Grego, ao pagamento regular de tributos.

Em inícios de 1400 a.C., as cidades da ilha são submetidas à invasão dos aqueus, que em curto espaço de tempo conquistam-nas, levando à desestruturação e virtual destruição da primeira economia puramente comercial de que se tem notícia.

### As Cidades Fenícias

No início do terceiro milênio a.C., populações de origem semítica estabelecem-se ao longo da costa do Líbano atual. Essa região, pouco propensa para a agricultura, com estreita faixa de terras agricultáveis, com relevo bastante acidentado, formando estreitos

vales dependentes unicamente das precipitações pluviométricas como fonte de irrigação, forçou essas populações – fenícios, como vieram a ser conhecidos –, a se dedicarem à pesca, como meio de garantir sua sobrevivência.

Aproveitando sua precoce familiaridade com o mar, a existência de grandes florestas de cedros – madeira excelente para a construção naval –, e bons portos naturais, os fenícios voltam-se definitivamente para a atividade comercial, passando a cultivar vinhas e oliveiras, culturas nada exigentes quanto à fertilidade do solo.

As condições geográficas – relevo muito acidentado e pouca extensão contígua de terras aráveis –, levaram ao isolamento das populações e à sua concentração em pontos dispersos do litoral – os portos naturais. Isso fez com que a Fenícia nunca se constituísse em um Estado unificado, mas se desenvolvesse a partir de cidades-Estados independentes.

Ugarit, Aradus, Trípoli, Biblos, Sidon e Tiro constituem-se em importantes centros manufatureiros e comerciais, na passagem do terceiro para o segundo milênio a.C. Aproveitando-se do colapso da civilização minóica de Creta, após 1400 a.C., chegam a controlar virtualmente todo o comércio mediterrâneo.

Além da produção de vinho e azeite, e de objetos de cerâmica e metal, que tenderam ao estágio de uma produção em série, o principal produto de exportação das cidades fenícias foi o corante de púrpura. Obtido de um molusco comum em seu litoral (o múrex), permitia o tingimento indelével dos tecidos, desde os tons rosa até o roxo. O corante de púrpura constituiu-se, durante toda a Antiguidade, em uma de suas mercadorias mais caras e procuradas, chegando mesmo a ser sinônimo de titularidade real.

Não se limitando à exportação de suas próprias mercadorias, os fenícios tornaram-se *intermediários*, comercializando e transportando mercadorias provenientes de todo o mundo mediterrâneo.

A fim de maximizar os benefícios de sua atividade comercial, as cidades fenícias procederam à fundação de *feitorias* (pontos de apoio localizados no litoral das regiões com as quais comerciavam, para facilitar o escoamento das mercadorias provenientes do interior), que se estendiam pelo Mediterrâneo, alcançando inclusive as costas do Marrocos e Espanha atuais.

Uma dessas feitorias, fundada no século IX a.C. na costa da

atual Tunísia, deu origem à cidade de Cartago, que se transformou na potência econômica dominante do Mediterrâneo ocidental, até ser derrotada por Roma, após longas guerras, em finais do século III a.C.

Em que pesem a extensão e o volume de seu comércio, a economia das cidades fenícias não conheceu a monetarização: as primeiras cunhagens de moedas dão-se apenas no decorrer da segunda metade do século V a.C., primeiro em Tiro, e depois em Sidon, Biblos e Cartago.

O fato de a economia das cidades fenícias não ter evoluído rapidamente para um estágio de monetarização, obriga a que se tenham algumas considerações sobre esta, e outras questões pertinentes ao funcionamento destes sistemas econômicos analisados.

Primeiro, pode parecer um contra-senso que uma economia altamente dependente de importações, como a mesopotâmica, tenha desde cedo conhecido a monetarização, enquanto outra, como a das cidades fenícias, que fazia das transações comerciais o motor de toda sua atividade econômica, não o tenha feito.

Na verdade, a difusão da moeda apenas facilita a atividade mercantil, não se constituindo em pré-requisito, nem para seu aparecimento, nem para seu posterior desenvolvimento, como bem prova a ativa rede de trocas que as comunidades do final do neolítico estabelecem entre si.

Em segundo lugar, as razões da passagem ou não para a monetarização devem ser buscadas na estrutura e dinâmica internas, de cada sistema econômico específico, e não nas relações — mesmo que fundamentais —, que ele mantenha com outras áreas, *externas a seu espaço econômico*.

Neste sentido, o Egito não conheceu uma economia monetária, menos em função de sua auto-suficiência em matérias-primas básicas, e homogeneidade de sua produção em nível local, e muito mais em função do extremo estatismo que caracterizou sua economia, centralizando-a, e dando um peso absoluto à noção de trabalho coletivo.

Em terceiro lugar, quando se analisa estes primeiros sistemas econômicos, sejam os hidráulicos, sejam os comerciais, não se encontram traços de *contradições internas*, que supostamente seriam maximizadas pelo seu bom funcionamento, levando à sua desestruturação.

Esses sistemas funcionaram, e funcionaram bastante bem. Os hidráulicos, cumpriram perfeitamente a razão de sua constituição: assegurar a sobrevivência das camadas não diretamente envolvidas na produção de alimentos. E o fizeram, produzindo um tipo de Estado no qual a pessoa do governante confundia-se com a divindade, que tendeu a permanecer inalterado através dos séculos, mesmo sob a dominação posterior estrangeira.

Quanto às cidades fenícias, pois o sistema minóico foi destruído precocemente por uma ocorrência externa, elas também não experimentaram mudanças significativas em suas estruturas econômicas, mesmo sob a dominação seguida de vários invasores estrangeiros.

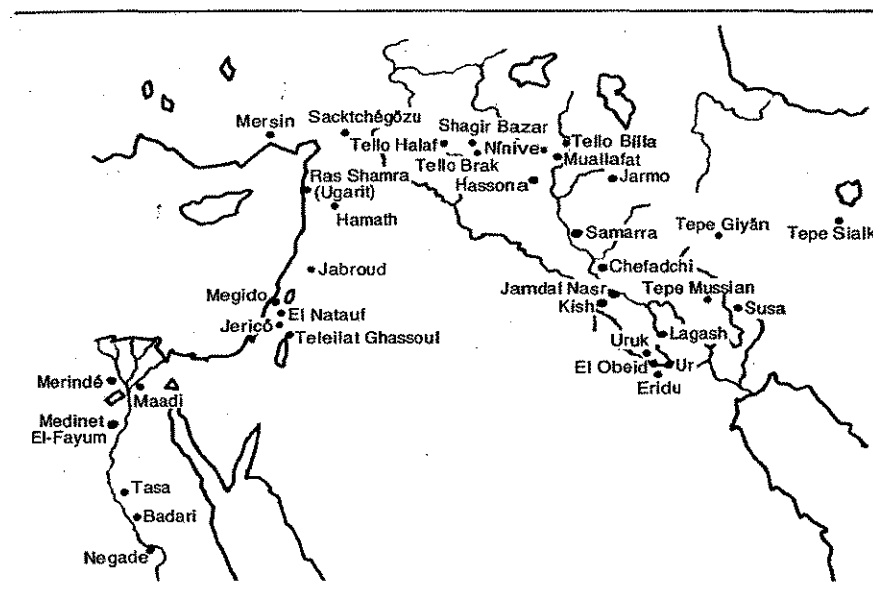


Figura 1 – Centro de Civilização Primitiva no Crescente Fértil.  
(Fonte: Mapa adaptado do *Atlas Historique*, Librairie Stock, 1968).

## 2. A ESCRAVIDÃO CLÁSSICA

*"De todas as coisas, a primeira, e mais indispensável, a melhor e mais necessária à nossa fazenda, é o ser humano."*

Aristóteles, Economia (Livro I)

Foram as cidades-Estados gregas que, pela primeira vez na história, tornaram a escravidão absoluta na forma e dominante em extensão, transformando-a, de forma de trabalho auxiliar e complementar, em um sistemático modo de produção.

Alguns séculos mais tarde, o Estado Romano, dominando e unindo política e economicamente o "mundo civilizado" da Antiguidade Clássica, que se estendia ao redor do mar Mediterrâneo, tendo como eixo a península Itálica, desenvolveu, no limite, o modo de produção escravista, pioneiramente tornado preponderante pelas cidades gregas.

Quando de sua progressiva difusão pelo mundo Mediterrâneo, o sistema econômico escravista alterou significativamente a noção de trabalho.

As civilizações hidráulicas, que haviam submetido suas populações a formas de trabalho compulsório, fizeram-no nominalmente em razão de uma necessidade coletiva, transformando-o em partes integrantes de um rito religioso. E o que foi mais importante, este trabalho compulsório era temporalmente limitado e regular, o que fez com que os homens que o prestavam, continuassem a ser, sob todos os aspectos, livres, quer fossem camponeses, quer fossem artesãos.

A escravidão clássica, ao contrário, tornando-se a forma de trabalho preponderante, dissolveu os sistemas econômicos mais primitivos do Mediterrâneo ocidental, e acentuou o caráter de obriga-

toriedade do trabalho nos do Mediterrâneo oriental, tornando-o mais permanente. Ao mesmo tempo, dissociou completamente o homem dos resultados de seu trabalho, tornando-o nada mais que mera ferramenta (o *objeto falante*, na terminologia latina) e acabando por separar, de modo definitivo, as noções de trabalho manual e liberdade.

Fazendo isso, bloqueou o espaço necessário para o desenvolvimento técnico, impedindo a Antiguidade Clássica de conhecer significativas invenções que visassem aprimorar os processos produtivos. Levou-a, também, a considerar o trabalho simplesmente como formas de adaptação da natureza, nunca de sua transformação. O filósofo grego Platão foi singularmente claro: "o trabalho permanece alheio a qualquer valor humano, e em certos aspectos, chega mesmo a ser a antítese do que é essencial ao homem".

Desta forma, a única via que restou ao sistema escravista, para seu desenvolvimento, foi a *horizontal*, mediante a contínua expansão territorial, e a crescente incorporação de escravos à área abrangida pelo sistema.

Dois características da escravidão clássica merecem particular atenção:

1. apesar da própria existência da escravidão ser um fator que limita a constituição de um forte mercado interno, o sistema conheceu uma ampla monetarização;

2. embora a civilização greco-romana fosse basicamente organizada em torno de núcleos urbanos, suas cidades foram, originalmente, núcleos de proprietários de terras, e não centros de artesãos e comerciantes.

Assim, o sistema escravista clássico, com uma economia monetária e sendo um universo essencialmente urbano, foi basicamente sustentado por uma produção agrícola, notadamente cereais, azeite e vinho, enquanto teve um nível técnico baixo, uma demanda limitada e custos de transporte e distribuição exorbitantemente elevados.

Para sua análise, adotou-se o critério didático de dividi-lo em duas partes: uma compreendendo a economia grega, e outra a romana.

### A ECONOMIA GREGA

A civilização grega foi profundamente condicionada pelas particularidades geográficas: exigüidade de terras férteis, relevo bas-



tante acidentado e península profundamente penetrada pelo mar. Que os gregos tenham se organizado politicamente, em cidades-Estados independentes e com um estado de permanente rivalidade entre si, e que sua economia fosse, desde cedo, orientada para a navegação e para o comércio exterior, foi resultado natural dessas características geográficas, às quais se somam a existência de inúmeros portos naturais, e de arquipélagos vizinhos à sua costa (Cíclades, Ésporas, Dodecaneso).

Pode-se ver a economia grega, como marcada por três fases bem distintas de evolução.

### O Período Arcaico (século VIII – meados do V a.C.)

A economia grega adquire seus traços básicos – preponderância da produção de azeite e vinho, urbanização, monetarização e introdução da escravidão –, durante um período que vai do século VIII a meados do V a.C., como consequência da desestruturação de sua base econômica anterior, centrada na atividade agropastoril e na propriedade comunal da terra.

Originariamente a economia foi organizada como um sistema econômico rudimentar, que se baseava no cultivo de cereais e na criação de gado bovino, sob um regime comunal de propriedade da terra, dividida em clãs (ou *genos*), composta por homens livres, e complementando suas necessidades através da guerra e da pirataria. Essa economia correspondia ao denominado período homérico (séculos XII-IX a.C.) e não pôde suportar um natural crescimento demográfico, que se inicia em finais do século IX a.C.

Esse crescimento demográfico acabou por produzir uma reação em cadeia, cujos efeitos foram visíveis a partir do século VIII a.C. A necessidade de alimentar a população crescente, levou à expansão da área destinada à produção cerealífera, em detrimento das zonas de pastagens, sem que os resultados fossem satisfatórios. A crescente pressão demográfica, mais o desaparecimento paulatino da carne como alimento cotidiano, tornaram premente a obtenção de grandes volumes de cereais. A solução foi o cultivo quase absoluto da oliveira e da vinha – muito adaptáveis às condições de

solo e clima da Grécia –, para a produção de azeite e vinho, que passaram a ser as mercadorias-padrão da economia grega, destinadas à exportação em troca de cereais, cultivados fora da Grécia, em áreas mais propícias.

Também o crescimento demográfico, aliado às dificuldades para a produção equivalente de alimentos, dada a exigüidade de terra agricultável, pressionaram a forma comunitária de propriedade do solo, dissolvendo-a e dando origem à propriedade privada da terra, que acabou subdividida por pequenas unidades familiares.

A desagregação da propriedade comunal, deixando muitos excluídos da terra, em uma época de produção insuficiente de alimentos, levou à emigração em massa, no que se denomina colonização grega do Mediterrâneo.

Durante 775-675 a.C., as áreas de solo fértil da Sicília e do sul da Itália foram ocupadas por populações vindas da Grécia continental, que fundaram inúmeras cidades, cuja atividade básica porém, era a produção cerealífera.

A essa primeira onda de colonização agrícola sucedeu-se outra, de 675 a 500 a.C., de caráter diverso. Denominada de colonização comercial, sua intenção foi a de complementar a economia das cidades-Estados da Grécia continental, fornecendo-lhes matérias-primas para a produção manufatureira que durante esse período havia se desenvolvido.

Em nenhum dos dois períodos de colonização, as cidades fundadas tiveram uma relação de dependência – quer política quer econômica – com suas cidades-mães. A única relação que se estabeleceu foi de ordem cultural e religiosa, podendo as cidades fundar elas próprias outras colônias e comerciar livremente como lhes aprouvesse.

Paralelamente a esse processo de colonização, a Grécia viu o desenvolvimento político e econômico de suas cidades-Estados, herdeiras naturais das antigas unidades de produção durante o período anterior de propriedade comunal (os *oikos*, organizados em torno de uma grande casa patriarcal). Embora voltando-se naturalmente para atividades manufatureiras e comerciais, os núcleos urbanos gregos nunca deixaram de ser prioritariamente dependentes dos produtos de uma economia rural.

Com a colonização, também, que pode ser vista como um pro-

cesso de especialização produtiva em nível regional, gerando uma particular divisão social do trabalho, difundiu-se rapidamente uma economia de base monetária, desde inícios do século VII a.C. A partir das cidades-Estados da costa da Ásia Menor (Jônia), as demais *polis* gregas passaram a cunhar moedas de prata, estabelecendo um monometalismo, graças à relativa abundância desse metal nas áreas gregas, em relação ao ouro.

E com a predominância do regime de propriedade privada, aliada ao fim das pressões demográficas e do quase absoluto cultivo da oliveira e da vinha – culturas que requeriam uma mão-de-obra substancial, devido aos cuidados constantes que demandavam –, a escravidão, que sempre estivera presente, como forma auxiliar de trabalho, adquiriu uma grande relevância. O seu crescente uso, levou-a a se impor às demais formas de trabalho, devido à identificação que a escravidão fazia entre o exercício do trabalho manual e a condição de não-livre.

### O Período Clássico (meados do V – finais do século IV a.C.)

As tendências desenvolvidas durante o período arcaico, cristalizaram-se na fase clássica, levando a economia grega a seu período de maior prosperidade, e tomando a escravidão a forma de trabalho padrão.

A grande prosperidade econômica que as cidades-Estados gregas usufruíram durante essa época, não produziu mudanças significativas na esfera da produção. A técnica continuou rudimentar, e a base da economia como um todo permaneceu sendo a produção de azeite e vinho, enquanto a difusão da escravidão fez com que mesmo os pequenos proprietários agrícolas passassem a utilizar regularmente o trabalho de escravos.

A escravidão possuía três fontes: o nascimento, a condenação judicial por inadimplência (abolida na Ática desde o século VI a.C.), e principalmente a guerra. A ausência de um Estado unificado em território grego, com sua subdivisão em inúmeras cidades-Estados independentes e rivais (as *polis*), fazia da guerra externa uma constante da vida grega. Ao mesmo tempo em que condenadas a depen-

derem do exterior para a obtenção de gêneros alimentícios e matérias-primas essenciais, elas desenvolveram uma agressiva política imperialista, para garantir a posse desses mercados externos.

Esse estado de guerra constante tornou-se a principal fonte abastecedora da escravidão grega, e enquanto permitiu que o preço dos escravos se mantivesse baixo, estimulou também uma atividade comercial específica e paralela dedicada ao tráfico de escravos, procedentes principalmente da Trácia, Frígia e Síria.

A assunção da escravidão como força de trabalho dominante não acarretou que a mesma fosse empregada de modo concentrado, caracterizando-se mais pelo seu uso generalizado, que pelo seu emprego massivo em unidades produtivas.

A mais pujante das cidades-Estados gregas, a Atenas do século V a.C., mesmo tendo cerca de 140 mil escravos, dentro de uma população total de 230 mil habitantes, tinha como sua maior manufatura uma unidade produtora de escudos que empregava 120 escravos, quando eram consideradas de grande porte, manufaturas que utilizavam o trabalho de 20 ou 30 escravos.

A generalização do uso do trabalho escravo tornou-se patente pelo emprego que os próprios Estados gregos faziam deles, fossem em atividades de trabalho pesado, como na mineração, fosse em atividades administrativas, como garis, policiais, arautos e escrivãos.

Portanto, excetuando-se o Estado, que se transformou naturalmente no maior empregador individual da mão-de-obra escrava, embora cada vez mais dependente da produção artesanal e de sua comercialização exterior, a economia grega não conheceu grandes concentrações manufatureiras, sendo caracterizada pela dispersão e descentralização.

Mesmo nos mais importantes centros de produção manufatureira, como Atenas, Samos, Corinto e Mileto, a *pequena oficina*, dirigida pessoalmente por seu proprietário, e contando com poucos escravos e alguns artesãos assalariados, foi a forma padrão. Estas pequenas unidades produtoras requeriam poucos investimentos de capital, uma vez que as ferramentas eram rudimentares, as matérias-primas compradas quase na medida exata do volume de encomendas recebidas, e o custo dos escravos tinha permanecido baixo, devido ao estado de guerra constante.

A produção manufatureira grega compunha-se predominantemente

mente de tecidos, cerâmica, mobílias, armas, objetos de vidro e utensílios de metal. A demanda sendo limitada – em razão mesmo do crescente avanço da escravidão –, e as distâncias, mais que a divisão social do trabalho, fixando, em última análise, os custos da produção, houve um natural impedimento para a constituição de conglomerados manufatureiros. O transporte passou a ser feito quase exclusivamente por via marítima, infinitamente mais barato que por rotas terrestres.

Essa necessidade da comercialização depender do transporte marítimo, levou a atividade comercial a se associar intimamente à pirataria, enquanto estimulou as rivalidades entre as *polis* gregas, no sentido de obter o controle sobre as rotas do Mediterrâneo Oriental, absolutamente necessárias para a sua sobrevivência.

Os navios de Atenas, o principal centro manufatureiro e comercial da Grécia, partiam no início da primavera, com uma carga de figos secos, lã, prata, armas, objetos de cerâmica e principalmente azeite e vinho, e retornavam com gêneros alimentícios (trigo, peixe seco, carne salgada) e matérias-primas (ferro, cobre, madeiras, cera, marfim, peles, linho), até o final do outono, pois o inverno praticamente fechava o Mediterrâneo à navegação regular.

Atenas, bem como Corinto e Mileto, importava mais do que exportava, devendo cobrir o déficit de sua balança comercial, com moedas de prata. Dado o volume do comércio, isso contribuiu para o rápido desenvolvimento de uma economia monetária, por todas as regiões costeiras do Mediterrâneo Centro-Oriental.

### O Período Helenístico

(finais do século IV – meados do II a.C.)

A permanente rivalidade entre as cidades-Estados gregas, sobretudo a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), que opôs Atenas e seu império marítimo a Esparta e suas aliadas – inaugurando um período de fugazes tentativas de diversas cidades-Estados imporem-se hegemonicamente sobre o território grego –, acabou por permitir que a Grécia continental fosse dominada pela Macedônia, região até então periférica ao universo grego. Sob a liderança de Alexandre Magno, os gregos conquistaram, em um curto espaço de tempo

(334-325 a.C.), um enorme império, que englobava Grécia, Macedônia, Egito, Fenícia, Síria, Mesopotâmia, Pérsia e a Índia a oeste do rio Indo.

Embora não tendo conservado sua unidade política, fragmentando-se em vários reinos após a morte de seu fundador (323 a.C.), a conquista grega dessas regiões orientais propiciou o nascimento de uma nova civilização, conhecida como helenística, fruto da fusão dos valores gregos (ou helênicos) com os das culturas orientais.

Este mundo helenístico, embora dividido politicamente, conservou uma unidade cultural e acarretou um grande alargamento do espaço econômico grego, levando a uma ampliação dos mercados e incentivando a atividade comercial. Por sua vez, isso pressionou os setores produtivos para um considerável crescimento quantitativo. O resultado foi a cristalização, em uma proporção muitas vezes maior, da especialização produtiva em nível regional, característica da economia grega, desde o processo de colonização dos séculos VIII-VI a.C.

Pela primeira vez, áreas marcadas por diferentes sistemas econômicos (civilização hidráulica da Mesopotâmia e do Egito, economia comercial fenícia, e escravidão grega), vêem-se reunidas em um espaço econômico comum, precursor da centralização político-econômica que os romanos imporiam à Antiguidade Clássica.

Neste vasto universo econômico, menos de meio século após seu estabelecimento, a Grécia, inicialmente beneficiada com um grande afluxo de riquezas, graças à abertura de novos mercados para sua produção manufatureira e às pilhagens obtidas por seus soldados, deixou de ser seu eixo econômico, passando a uma condição periférica no mundo helenístico. Foi incapaz de competir com os superiores recursos demográficos e administrativos dos Estados que se organizam no Oriente, notadamente a Mesopotâmia-Ásia Menor dos selêucidas, e o Egito ptolomaico.

A escravidão, forma de trabalho absoluta na Grécia, apesar de largamente difundida nas áreas orientais do mundo helenístico, não se tornou a forma de trabalho dominante, ao menos nas regiões nucleares das civilizações hidráulicas – Mesopotâmia e Egito. Nestas, as antigas relações agrárias de produção permaneceram basicamente inalteradas, embora sujeitas a um reforço em suas características de trabalho compulsório.

As cidades foram fundadas às dezenas, para permitir a fixação de centros econômicos destinados a melhor canalizar as riquezas dos territórios recém-conquistados. Ali o uso do trabalho escravo adquiriu rapidamente um caráter predominante, tanto em atividades manufatureiras de iniciativa privada, como no âmbito do Estado.

A principal característica da economia helenística foi a adaptação da centralização econômico-administrativa das civilizações hidráulicas, a um sistema eminentemente comercial, produzindo uma nova forma econômica de *dirigismo estatal*, que se estendeu até mesmo a áreas que nunca conheceram Estados intervencionistas, como os Reinos de Pérgamo e da Macedônia.

Em todos os reinos helenísticos, atividades como mineração, cantaria, extração de sal, produção oleira e cerâmica de materiais de construção eram monopólios estatais. No Egito, por exemplo, até mesmo a produção e a comercialização de óleos e tecidos de linho eram de exclusividade real. Por toda parte, o Estado procurou reunir os artesãos em corporações fechadas, para conseguir um melhor controle sobre a mão-de-obra, e mesmo sobre os custos da produção. Também na área agrícola, enormes extensões de terras passaram a ser propriedade direta dos reis, o que permitiu que o Estado estendesse seu controle sobre um setor primordial: o da produção de gêneros alimentícios. Naturalmente, esta interferência estatal em todos os setores da atividade econômica foi acompanhada pela criação de uma numerosa burocracia composta por homens livres, que se constituiu em um poderoso instrumento de dominação social, fenômeno que esteve completamente ausente na Grécia clássica. E esta burocracia estatal assalariada, presente em uma economia comercial e bastante monetarizada, foi importante fator para impulsionar ainda mais sua característica mercantil e monetária.

Esse impulso foi plenamente correspondido pela colocação em circulação da imensa reserva metálica (ouro e prata), continuamente entesourada pelo Império Persa. Isso acabou provocando uma alta generalizada dos preços, que só retornaram ao nível do período clássico, em inícios do século II a.C.

O monometalismo grego baseado nas moedas de prata foi substituído por um sistema bimetálico de ouro e prata, ao mesmo tempo em que a abundância de capitais pôde manter a taxa de juros relativamente baixa, por quase todo o período helenístico, e contri-

buiu primordialmente para o desenvolvimento de seu sistema econômico.

## A ECONOMIA ROMANA

Sob qualquer prisma que se olhe, a história de Roma reflete um percurso único: de pequena cidade-Estado de uma confederação de povos afins (latinos), em poucos séculos ela se torna capital de um Império que se estende por toda costa do mar Mediterrâneo. O Mediterrâneo se torna um *lago romano*, que absorve não só os antigos centros de civilização da Ásia e norte da África, como as regiões interiores do que é hoje a Europa Ocidental, até o rio Reno, e mesmo a atual Inglaterra.

Estabelecendo este Império, Roma deu unidade político-econômica à Antiguidade Clássica. E tornou predominante um sistema econômico que tinha por características, a *escravidão* como forma de trabalho, a *monetarização* como padrão de troca, o *comércio* como atividade motora, e a *cidade* como unidade produtiva, sem no entanto, jamais deixar de ter como base, um substrato econômico *rural*.

A evolução da economia romana – sinônimo de economia da Antiguidade Clássica –, estando intimamente ligada ao desenvolvimento histórico de Roma, será melhor visualizada acompanhando-se as cronológicas fases do estabelecimento, apogeu e decadência do Império Romano.

### A Criação do Estado Itálico (século VIII – inícios do III a.C.)

Roma, pequena cidade-Estado latina, localizada na região central da península Itálica, desde seus primórdios adquire uma relativa importância em relação a suas congêneres, devido à posição geográfica que ocupa. Situada nas alturas que dominam a embocadura do rio Tibre, em um dos seus poucos vaus naturais, torna-se uma “ponte” para a rota comercial que ligava o sul ao norte da Itália.

Apesar de sua precoce familiaridade com atividades comerciais, a economia romana foi, e permaneceu até o século III a.C., es-

sencialmente agrária. Baseava-se na cultura cerealífera (principalmente trigo), e na criação de gado bovino, com um regime de propriedade da terra em que predominavam pequenas e médias unidades produtivas.

A principal fonte da riqueza romana foi a comercialização do sal, extraído de áreas circunvizinhas, e que foi usado como unidade padrão para as trocas comerciais, dando origem às palavras *salário* e *assalariado*.

O regime de trabalho era caracterizado pela existência de produtores livres, que pagavam ao Estado impostos em espécie, e prestavam-lhe serviço militar gratuitamente, em épocas de necessidade. A escravidão existia em proporções diminutas, sendo mais de natureza doméstica, que utilizada comercialmente. Em 367 a.C. ocorreu mesmo uma formal proibição de que os devedores inadimplentes fossem vendidos como escravos, a fim de saldarem seus débitos. A estrutura econômica romana da época não podia suportar uma escravidão em larga escala, e o Estado não podia ver diminuído o número de seus cidadãos, dos quais dependia para o desempenho de funções administrativas e militares.

Foram a dependência da economia romana das atividades agrícolas, e a necessidade de ampliar suas áreas agricultáveis as razões básicas que levaram Roma a partir de meados do século IV a.C., a se envolver em uma série de guerras de conquista contra seus vizinhos.

Em inícios do século III a.C., Roma era a capital de um território que englobava toda a península Itálica ao sul do rio Arno, sem que sua economia sofresse alterações, a não ser uma progressiva monetarização, com a substituição das informes barras de bronze, usadas como moedas, pela cunhagem das primeiras moedas de prata, em 269 a.C.

Completando a unificação da Itália, com a incorporação das cidades gregas do sul da península (Magna Grécia), nas primeiras décadas do século III a.C., Roma inicia um processo radical de transformação, que a levará de núcleo agrícola a centro financeiro, aberto a todas as influências da economia helenística.

### **O Estabelecimento do Império Mediterrâneo (séculos III-I a.C.)**

Com a conquista da Magna Grécia, o Estado Romano vê-se naturalmente compelido ao envolvimento na secular disputa entre as

cidades gregas do sul da Itália e Cartago (antiga colônia fenícia), pelo controle das rotas comerciais do Mediterrâneo ocidental.

A esse primeiro envolvimento, segue-se como uma reação em cadeia, a progressiva sujeição ao domínio romano, na condição de províncias, das ilhas do Mediterrâneo Ocidental; da África do Norte e da península Ibérica; da Grécia, da Macedônia e da Ásia Menor; da Síria-Palestina, da Gália e do Egito.

O estabelecimento desse Império trouxe profundas alterações ao sistema econômico romano.

Em primeiro lugar, o Estado romano recebeu um afluxo de capitais sem precedentes na história. Saques, indenizações pagas pelos povos submetidos, impostos regularmente cobrados nas províncias, e a exploração de jazidas minerais (só as minas da Ibéria produziam cerca de oito toneladas de prata anualmente), canalizaram para a península Itálica imensos volumes de capital, transformando Roma no mais importante centro financeiro da época.

Essa repentina expansão dos estoques de metais preciosos, além de gerar uma inflação de demanda, consolidou uma economia monetária bimetálica (ouro e prata), permitindo o aparecimento de um sistema bancário, tanto privado como público, e o desenvolvimento de sociedades por ações para a exploração dos recursos econômicos provinciais.

Em segundo lugar, esse fortalecimento de uma economia monetária, mais o alargamento do espaço econômico romano com o domínio das regiões helenísticas, permitiu que o sistema econômico romano reproduzisse, em uma escala muito ampliada, a especialização produtiva regional ou divisão internacional do trabalho, que a economia grega estabelecera desde o processo de colonização dos séculos VIII-VI a.C.

Dessa forma, o trigo era fornecido pela Sicília, África do Norte e Egito; o vinho e o azeite, pela Itália e Grécia; os minérios, pela península Ibérica; o gado, pela Itália e Ásia Menor; e os manufaturados, pela Gália e Síria. A produtividade da economia romana como um todo, pôde alcançar um grande crescimento, pois as diferentes regiões do Império não competiam entre si, mas se especializaram na produção dos artigos mais propícios às suas condições específicas.

Naturalmente, essa extrema especialização produtiva regional levou ao desenvolvimento do comércio, que continuou sendo predo-

minantemente marítimo, tendo como centro a península Itálica. Paralelamente ao intenso e necessário intercâmbio entre as diversas províncias, a Itália passou a ser exportadora privilegiada de vinho, azeite, lã, cerâmica e objetos de metal, e importadora em larga escala, de cobre, estanho, chumbo e prata (península Ibérica), trigo (Sicília e Egito), madeiras (Ásia Menor), e manufaturados (Gália).

Em terceiro lugar, o estabelecimento do Império foi feito em benefício do Estado itálico que tinha a cidade de Roma como capital, de tal forma que, tanto os tributos regulares extraídos das províncias – que representavam agora a totalidade do mundo mediterrâneo –, como os enormes rendimentos provenientes dos monopólios estatais (minas, salinas, transportes), foram canalizados para a Itália e distribuídos entre os *cidadãos romanos*. E mais, o Estado romano torna-se o maior latifundiário do período, acumulando imensas extensões de terras, propriedades pessoais dos reis vencidos, ou áreas confiscadas a cidades e populações hostis, que passam também a ser exploradas em benefício de seus cidadãos. Em pouco tempo, a simples condição de cidadão romano garante ou a sobrevivência na ociosidade, ou a acumulação de imensas fortunas pessoais, pelo exercício de cargos administrativos nas províncias.

A esse estímulo à ociosidade, aliou-se a destruição física do que fora, até o século III a.C., a base militar-administrativo-econômica do Estado romano: o campesinato itálico. Os pequenos e médios proprietários rurais eram obrigados a ficar longos anos distantes de suas terras, empenhados em intermináveis guerras de conquista. Os quinze anos em que os exércitos cartagineses permaneceram lutando na Itália (218-203 a.C.), provocaram na península uma enorme devastação. Somada a isso a concorrência que a Itália enfrenta na sua produção básica – o trigo –, com relação à Sicília e ao norte da África (onde ela era várias vezes mais barata), acaba por provocar a ruína do campesinato itálico. Os camponeses abandonam os campos, migrando em massa para as cidades, e a agricultura italiana passa de cerealífera e baseada na pequena e média propriedade, para produtora de azeite e vinho, constituída por grandes latifúndios cultivados por mão-de-obra escrava de procedência não-itálica.

Em quarto lugar, tanto a integração à economia helenística, como a destruição do campesinato itálico tiveram como correspondente, uma extraordinária difusão da escravidão. As guerras de

conquista proporcionaram um constante suprimento de mão-de-obra escrava, e em tal volume, que seu preço manteve-se extremamente baixo: em 256 a.C. 50 mil escravos cartagineses são enviados à Itália; em 167 a.C., 150 mil epirotas; e em 104 a.C., 140 mil cimbrós e teutões, só para citar alguns exemplos. A partir de meados do século III a.C., nos cem anos seguintes, a Itália recebeu cerca de 2,5 milhões de escravos, a ponto de, em finais do século I a.C., sua população apresentar três escravos para cada cinco homens livres.

Uma tal concentração de mão-de-obra escrava, no eixo econômico de um Império que englobava todo mundo “civilizado” da época, tornou o modo de produção escravista a forma de trabalho dominante, ao mesmo tempo em que inibiu, tanto o progresso técnico, como separou definitivamente a noção de trabalho manual da condição de liberdade.

### O Apogeu e a Crise da Escravidão Clássica (séculos I-III d.C.)

Os dois séculos que se seguiram ao estabelecimento do Império Romano presenciaram o apogeu do modo de produção escravista, ao mesmo tempo em que desenvolveram, no limite, suas contradições internas, levando-o a uma crise generalizada em inícios do século III d.C.

O Império Romano no século II d.C. possuía uma população de 90 milhões de almas, concentrada em núcleos urbanos, onde os homens livres desempenhavam apenas funções militar-administrativas, sendo todas as outras feitas com mão-de-obra escrava.

Essa concentração populacional nas cidades resultou da sujeição e adaptação dos povos conquistados, aos valores romanos. A cidade era o universo romano por excelência, sendo não só a morada do cidadão, mas principalmente o lugar onde ele exercia magistraturas e funções administrativas a serviço do Estado. Esse *processo de romanização do Império*, incentivado desde seus inícios (só o Imperador Augusto, 27 a.C. – 14 d.C., licenciou 130 mil legionários, estabelecendo-os em novas colônias por toda extensão do império), produziu um *êxodo rural*, com os campos despovoando-se de seus elementos mais romanizados, e levando à concentração da propriedade fundiária e à expansão da escravidão rural.

Como a predominância da escravidão impedia que os homens livres se dedicassem ao trabalho manual, essas crescentes massas humanas, que “incharam” as cidades romanas, tiveram que ser mantidas por donativos dos cidadãos mais ricos, ou diretamente pelo Estado. Só em Roma existiam mais de 200 mil pessoas nessas condições. Assim, tanto a existência da escravidão, como a de considerável número de pessoas improdutivas, limitou a demanda global do sistema, representando um freio para o crescimento da produção.

A progressiva queda do volume total da produção, em quantidade, mas não em valor, atingiu diretamente o Estado, quando suas despesas aumentavam e seus recursos diminuía. Sustentar considerável número de cidadãos na ociosidade; manter um exército profissional; realizar obras públicas; drenar seus metais preciosos para o Oriente, devido a uma balança comercial desfavorável graças à crescente importação de artigos de luxo; e, ver sua arrecadação de impostos progressivamente diminuir, devido a cada vez menor número de seus cidadãos ativos; ter sua produção e circulação de mercadorias atingidas por contínuas invasões bárbaras e intermináveis guerras civis; conviver com uma crescente inflação, originária de seguidas manipulações monetárias (as moedas de prata com 88% de conteúdo metálico em 54-68 d.C., passaram a 70% em 161-180 d.C., e a meros 2% em 260-268 d.C.); não era uma combinação que se pudesse manter por muito tempo.

Toda base do sistema econômico romano repousava sobre a escravidão: eram os escravos que trabalhavam os campos, garantindo o abastecimento das cidades, e nelas, encarregavam-se das atividades manufatureiras. Ocorreu que o setor mais dinâmico dedicado ao suprimento de mão-de-obra escrava – a sistemática escravidão dos prisioneiros de guerra estrangeiros –, encontrava-se bloqueado devido ao final das guerras externas de conquista (a última aquisição territorial permanente dera-se em 43 d.C., com a incorporação da atual Inglaterra; desde então, o Império adotara uma postura defensiva). O comércio de escravos e sua reprodução natural, mais o recurso de se permitir que tribos inteiras de bárbaros germânicos se instalassem como agricultores no Império, puderam manter o sistema funcionando, mas nunca no volume requerido para repor as pesadas perdas ocasionadas por seguidas epidemias de peste e sangrentas guerras civis.

A ação conjunta desses fatores acabou por colocar todo o arcabouço da economia romana (do qual dependia não só a vitalidade do Estado, mas também seu equilíbrio social), e a sobrevivência de suas cidades, em um estado de precário equilíbrio, que qualquer movimento mais brusco poderia romper.

E esse equilíbrio foi rompido em 235 d.C., fazendo com que por mais de cinco décadas o Império vivesse uma situação de constante desequilíbrio. Desequilíbrio entre a força dos exércitos romanos e a massa de bárbaros invasores, entre as despesas do Estado e sua arrecadação, entre a produção e o consumo, entre os campos e as cidades, e entre a proporção de escravos e de homens livres.

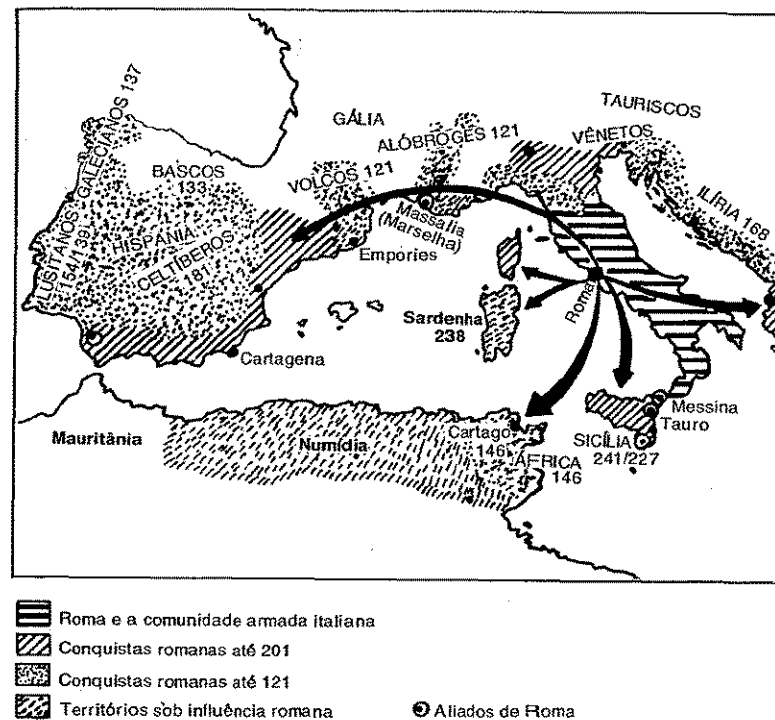


Figura 2 – Mediterrâneo ocidental nos séculos III e II a.C.  
(Fonte: Mapa adaptado do *Atlas Historique*, Librairie Stock, 1968).

Em finais do século III d.C., quando o Império recobrou sua integridade territorial, e encetava a árdua tarefa de sua reconstrução interna, o modo de produção escravista, por seu lado, encontrava-se em crise, incapaz de continuar impondo-se como forma de trabalho dominante, notadamente pela insuficiência de manter sua auto-reprodução.

### A Economia de Dirigismo Estatal (séculos IV-V d.C.)

Os esforços de reconstrução interna, pelos quais passa o Império Romano após a crise do século III d.C., moldam uma economia marcada pela extrema intervenção do Estado em todos os setores da vida econômica, enquanto se assiste à superação da escravidão, como forma de trabalho dominante.

A crescente intervenção do Estado Romano no exercício das atividades econômicas, que tinha como objetivo principal assegurar a continuidade do funcionamento regular dos serviços essenciais, acabou por criar um sistema econômico exclusivamente baseado em um *dirigismo estatal*. Os problemas estruturais da escravidão clássica não foram solucionados; teve início sua desagregação como modo de produção; e se manteve inalterada a distinção entre trabalho manual e liberdade.

As linhas mestras dessa economia de dirigismo estatal foram estabelecidas por dois imperadores: Diocleciano, 285-305 d.C.; e Constantino, 324-337 d.C. E constituíam-se basicamente das seguintes medidas: os artesãos e comerciantes eram obrigados a se inscreverem em corporações de ofícios, onde, em troca da licença do exercício de suas atividades profissionais, deviam prestar serviços gratuitos ao Estado; todos os que cultivavam a terra eram indissoluvelmente ligados a ela, conservando sua condição teórica de livres, mas não podendo abandoná-la, mesmo em caso de venda da propriedade – sistema denominado *colonato*; o Estado passa a receber seus impostos em espécie, e a remunerar seus funcionários da mesma forma, tanto da produção urbana e da circulação de mercadorias, como da produção agrícola – sujeita a um imposto de captação; a hereditariedade das funções profissionais é estabelecida de forma per-

manente por todo Império; e mais de mil artigos e serviços têm seu preço máximo fixado, embora, na prática, o Édito do Máximo de 301 d.C., fosse letra morta.

Os esforços estatais em criar um sistema estático e rígido levaram a resultados completamente opostos, que permitiram a desagregação do universo econômico romano baseado na escravidão clássica.

Seja pela incapacidade do Estado em impor ao conjunto da sociedade, de forma eficaz, suas novas diretrizes econômicas, seja pela impossibilidade de se fazer reviver a escravidão em larga escala dos séculos I e II d.C., ou pela ação conjunta das duas condições, o resultado foi que a economia do Império – centrada em núcleos urbanos –, sofreu uma notável retração, condenando as áreas ocidentais do Império a um persistente processo de *ruralização*.

Organizado em torno de cidades, o sistema econômico romano volta-se naturalmente para elas, quando da implantação do dirigismo estatal, fazendo com que seus habitantes sejam diretamente responsáveis por tarefas como: manutenção de tropas, conservação urbana, pagamentos para funcionários estatais, construção de muralhas, prestação dos serviços gratuitos devidos pelas corporações de artesãos e comerciantes, e recolhimento dos impostos em espécie. A crescente pressão estatal sobre municipalidades dependentes de um abastecimento regular de produtos agrícolas (quando os campos romanos passavam por uma crise crônica de falta de mão-de-obra, devido à falência da escravidão em auto-reproduzir-se adequadamente), provocou um *êxodo urbano*, invertendo uma tendência secular.

As classes mais abastadas abandonam as cidades, fugindo de suas crescentes responsabilidades, ocupando suas propriedades rurais, onde era mais difícil para o Estado alcançá-las. Elas são seguidas pelo proletariado urbano, que tendo vivido dos gastos e donativos dessas camadas abastadas, encontrava-se órfão. Ocorre um amplo processo de ruralização, que se amplia muito no decorrer do século V d.C., marcando de modo indelével o desenvolvimento econômico das regiões ocidentais do Império – a atual Europa Ocidental –, durante os sete séculos seguintes.

É necessário que se faça uma clara distinção, entre os efeitos que a economia de dirigismo estatal provocou nas partes ocidental e oriental do Império Romano.



A ruralização, como acima descrita, circunscreveu-se ao Ocidente, basicamente por duas razões. Primeira: as áreas ocidentais eram regiões essencialmente rurais, e suas cidades eram artificiais, criadas segundo necessidades militares (colônias de veteranos ou acampamentos de legiões) ou administrativas (sedes de governos). Segunda: a escravidão rural, absoluta nessas áreas, sentiu muito cedo a carência de mão-de-obra que o final das sistemáticas guerras de conquista acarretou.

No Oriente, as coisas passaram-se de modo diverso. Suas cidades não eram artificiais, mas produto de uma evolução secular, que as integrara à economia rural, e acabaram por produzir um contexto sócio-econômico orgânico e pujante. Assim, as cidades orientais puderam suportar as novas exigências do Estado, enquanto suas áreas agrícolas, onde a escravidão jamais fora absoluta, convivendo com antigas formas de trabalho compulsório, não foram tão afetadas pelo bloqueio da capacidade do sistema escravista em auto-reproduzir-se.

Em poucos anos, essas diferenças estruturais fazem com que o centro econômico do Império se desloque para o Oriente, relegando o Ocidente a uma situação de decadência econômica: com um Estado incapaz de coordenar a produção e a circulação de mercadorias; com núcleos urbanos que se esvaziavam continuamente; com uma atividade agrícola marcada por uma carência crônica de mão-de-obra; e com uma forma de trabalho que embora tivesse perdido sua condição de dominante, ainda continuava a se constituir em empecilho à livre adoção do trabalho manual.

---

### 3. SISTEMA ECONÔMICO FUNCIONAL

*"A cidade de Deus, que é tomada como uma, na realidade, é tripla: alguns rezam, outros lutam e outros ainda trabalham; os três são unidos e não podem estar separados, porque sobre a função de um, repousam as obras dos outros, e todos ajudam-se mutuamente."*

*Europa, 998 d.C.*

O desaparecimento do Império Romano da atual Europa Ocidental, em finais do século V, devido a seu desmembramento em vários reinos bárbaros rivais, aprofundou a decadência econômica dessa região, inaugurando uma época de acentuada anarquia.

Aos poucos, produz-se uma síntese entre as formas de produção dos invasores germânicos, e o modo de produção escravista em dissolução, que resultará na formação de um novo sistema econômico: o *funcional*.

A característica básica desse novo sistema (comum e imprecisamente denominado de feudal ou mesmo de senhorial), é a redução de todo aquele que realiza uma tarefa manual, a uma condição implícita de perda da liberdade individual, uma vez que desempenhando sua tarefa, ele estará necessariamente permitindo que outros possam se dedicar com exclusividade a duas outras funções: lutar e rezar.

A formação social que esse sistema econômico definiu, comportou essencialmente três distinções, e integrou-as na medida em que cada uma delas devia ser corretamente cumprida, para que as outras duas também o pudessem ser.

Para que o guerreiro pudesse defender o religioso e o trabalhador, era necessário que o primeiro intercedesse junto a Deus pelo seu sucesso, e que o segundo lhe fornecesse os meios necessários para tal; para que o religioso pudesse pedir a proteção divina para a

sociedade, era necessário que o guerreiro o defendesse e que o trabalhador o sustentasse; e para que o trabalhador conseguisse realizar sua tarefa produtiva, era necessário que o guerreiro o protegesse dos perigos terrestres, e que o religioso o salvasse do desagrado divino.

Esse sistema econômico, constituindo-se em uma época em que a atual Europa Ocidental passava por um amplo processo de ruralização e de recuo demográfico, se por um lado acentuou de maneira decisiva essa característica econômica rural, por outro procedeu a um notável alargamento da camada dos não-livres, para que através da compulsão do trabalho, a produção pudesse, ao menos, manter-se em um volume mínimo para a satisfação das necessidades básicas, em uma fase cujo traço dominante foi descrito como sendo uma *escassez endêmica*.

O sistema econômico funcional pode ser visto como a resposta natural da falência em se organizar Estados estáveis, que pudessem garantir o funcionamento regular das atividades econômicas, em uma época de profunda instabilidade – guerras internas, invasões externas, epidemias de peste, e também como herdeiro de quatro tendências que se afirmaram durante a economia de dirigismo estatal romana, nos séculos IV e V: a hereditariedade das funções profissionais, e a vinculação dos homens às terras que cultivavam, por um lado; e a situação privilegiada que a Igreja ocupava com a elevação do cristianismo a religião oficial do Império em 395, e o crescente monopólio que os bárbaros germânicos – os herdeiros políticos do Império Romano –, adquiriram da atividade bélica.

Tanto a hereditariedade das atividades profissionais como a vinculação dos camponeses à terra foram formas de compulsão do trabalho, com limitação à liberdade individual, em um período em que a escravidão não conseguia auto-reproduzir-se no volume necessário. A progressiva convivência entre escravos, camponeses obrigados e colonos bárbaros acabou por igualá-los na limitação à liberdade, acentuando o caráter compulsório e necessário de seu trabalho. Acrescente-se que estes trabalhadores tornaram-se os segmentos dominados pelos invasores germânicos, que passaram a depender dos resultados de seu trabalho para assegurar sua sobrevivência em uma época de regressão econômica.

Por outro lado, os dois herdeiros do Império Romano – a Igreja, administrativa e culturalmente, e os germânicos invasores, política

e militarmente –, constituíram-se desde cedo em detentores de grandes extensões de terras, cultivadas por mão-de-obra dependente. A primeira, graças a doações e heranças, tanto do Estado romano como de particulares, e com a vantagem adicional proporcionada pelo celibato clerical, de ver seus domínios nunca subdivididos, mas sempre aumentados; os segundos, quando de sua instalação nos territórios imperiais, receberam grandes porções de terras, também com mão-de-obra dependente, para habilitá-los a cumprirem uma função específica: a defesa das fronteiras imperiais contra novas invasões. Além disso, ambos desempenhavam tarefas que pressupunham uma condição explícita de homens livres.

É no âmbito mesmo das relações entre esses homens livres, que se encontra o maior óbice em se designar esse sistema econômico como feudal.

Em primeiro lugar, o feudo era uma concessão feita por um senhor a seu vassalo, para que esse pudesse prestar-lhe um determinado tipo de serviço, quase sempre de natureza militar. Embora a maioria dos feudos fosse constituída por propriedades rurais, podiam também ser castelos, ou mesmo ter funções públicas (receber impostos), e até mesmo certos direitos (cunhar moedas). Ocorre que o feudo estabelecia compromissos recíprocos entre iguais, criando uma solidariedade horizontal apenas entre homens livres.

Em segundo lugar, além de o feudo não ter atingido a totalidade da Europa Ocidental, ele não pode ser visto nem mesmo como definidor das relações hierárquicas entre homens livres – suzerania e vassalagem –, uma vez que não foi pequeno, durante o período em questão, o número de vassalos sem feudos, que dependia diretamente de seus senhores, para sua manutenção.

O feudo, portanto, deve ser corretamente visto como uma manifestação político-jurídica da sociedade funcional, restrito aos homens livres – minoria no período –, e nunca emprestar seu nome a todo um sistema econômico.

Da mesma forma, denominar o sistema de senhorial, seria desconsiderar todo um longo período de cinco séculos – a Alta Idade Média – e perder de vista a essencial característica de funcionalidade, que o sistema como um todo, sempre possuiu.

O sistema econômico funcional pode ser melhor visualizado segundo uma divisão em dois períodos, que correspondem, respectivamente, a sua gestação, e a sua cristalização/expansão.

## A ECONOMIA DOMINIAL (séculos VI-X)

Em um Ocidente que sofria um amplo processo de ruralização, o motor da economia passa a ser, necessariamente, a atividade agrícola. Se a escravidão clássica, mesmo em seu período de apogeu, continuou em última análise, a depender do bom resultado da produção agrícola, o sistema funcional, em sua fase de gestação, apoiou-se quase totalmente na agricultura. E organizou um sistema de produção — os *domínios* —, que além da produção agrícola, centralizou a manufatureira, tornando-se a alternativa econômica para os declinantes núcleos urbanos. Chegou a determinar, pelo volume e especificidade de sua produção, tanto a circulação de mercadorias, como até mesmo a solidez do sistema monetário.

O domínio pode ser descrito como uma grande propriedade agrária, trabalhada basicamente por mão-de-obra dependente. Sua vasta extensão (era considerado grande aquele com mais de mil ha, médio o com cerca de trezentos, e pequeno o por volta de cem), deveu-se principalmente a dois fatores. Primeiro: à rudimentar técnica de cultivo, herdada da agricultura romana. Segundo: à existência de mão-de-obra dependente, o que implica o aumento da produção somente pela via horizontal, com a necessária existência de uma reserva de terras agricultáveis.

As técnicas de cultivo do solo continuaram rudimentares, como na Antiguidade Clássica: a maior parte dos instrumentos era de madeira, com o uso bastante limitado do ferro, e o animal padrão para o trabalho no campo era o boi, confiável mas lento.

Como consequência, ou as terras eram cultivadas intensamente por alguns anos, até sua exaustão, quando eram abandonadas, ou adotava-se o sistema bienal, que consistia em dividir as terras férteis em duas partes, cultivando-se uma durante um determinado ano, enquanto a outra permanecia em pousio, invertendo-se o processo no ano seguinte.

Os resultados dessa técnica rudimentar e desses sistemas de cultivo, que demandavam a utilização de mão-de-obra em larga escala, não poderiam ser uma alta produtividade agrícola.

Essa necessidade de utilização de muita mão-de-obra, em um período em que a Europa Ocidental sofria um claro processo de re-

cuo demográfico, teve como consequência imediata o fortalecimento da compulsão do trabalho, e mediata, o recrudescimento da escravidão.

Não há dúvida de que a população européia diminuía a partir do século II, embora as causas desse declínio sejam controversas. De qualquer modo, guerras seguidas, devastações, incertezas quanto ao futuro, e principalmente contínuas epidemias de peste fizeram a população da Europa Ocidental declinar de cerca de 70 milhões de habitantes no século III, para menos de 30 milhões por volta do ano 700. E as invasões e posteriores migrações dos povos germânicos para o interior do Império Romano não resultaram em qualquer reforço demográfico significativo, pois os grupos invasores não contavam com mais de 100 mil pessoas. Na verdade, sua instalação, por via de regra, provocou o desaparecimento e/ou deslocamento das populações nativas, deixando várias regiões praticamente despovoadas.

Dessa forma, o sistema romano do *colonato* tendeu a se tornar generalizado, em sua característica de considerar o cultivador como parte integrante da terra que lavrava, tornando regra comum a hereditariedade das funções, ao menos no que dizia respeito à atividade agrícola.

A pequena propriedade rural cultivada por unidades familiares, o trabalho assalariado, e mesmo propriedades de camponeses sem qualquer vínculo ou obrigação (os *alódios*), coexistiram durante o período, mas a regra geral foi a obrigatoriedade do trabalho agrícola, transformando o camponês em mão-de-obra dependente.

O aspecto mais marcante desse fato foi a mudança de significado que a palavra latina designativa de escravo (*servus*) sofreu. Ela passou a definir o servo, o camponês preso à terra, tirando-lhe a condição de mercadoria, já que ele não podia mais ser transacionado livremente.

Em uma época em que o trabalho agrícola revestia-se de um componente compulsório, e se atentarmos que o limite da compulsão do trabalho é a escravidão, nada mais natural que ela sofresse um incentivo, em que pesem as dificuldades e impedimentos. A Igreja não aceitava a escravidão de cristãos, e o tráfico de escravos e bálticos escravizados era irregular e caro devido à distância em que deveriam ser capturados.

Não se pode descartar o papel que a escravidão desempenhou durante a época em questão, como componente da força de trabalho agrícola. As indicações são múltiplas: seguidas vezes, durante o século VI, houve proibições formais por parte da Igreja, de que fossem libertados os escravos existentes em domínios recebidos de particulares como doações; papas compraram escravos para propriedades eclesiásticas, durante o século VII; Carlos Magno, no século VIII, determinou que os escravos, estabelecidos em propriedade fundiárias, fossem considerados bens imóveis; no século IX, uma ordenação imperial alertou sobre o risco de se viajar sozinho, e ser apreso e vendido como escravo.

Escravos, servos ou camponeses obrigados, o fato marcante é que essa mão-de-obra era basicamente dependente, e se articulava produtivamente em torno dos domínios.

Herdeiros dos latifúndios romanos trabalhados com mão-de-obra escrava (as *villae*), independente de seu tamanho, o que caracterizava essencialmente os domínios era sua divisão em duas partes. Uma, explorada diretamente pelo proprietário, denominada *reserva senhorial*, compunha-se de várias construções (casa do senhor, oficinas, manufaturas, celeiros, estábulos, moinhos), de pastagens, bosques e uma área de terras agricultáveis, que representava até 50% do total disponível no domínio. A outra, chamada de *área dos mansos*, dividia-se em pequenas parcelas exploradas pelos camponeses.

O manso pode ser definido como uma unidade de exploração familiar, ou seja, uma parcela de terra suficiente para garantir a sobrevivência de uma família camponesa. Bastante variável em extensão, o manso possuía, em média, 15 ha, e continha, além das terras aráveis, uma casa e uma horta. O camponês adstrito ao manso completava sua parca dieta com o usufruto das pastagens e dos bosques da reserva senhorial. Não se pode deixar de assinalar a importância dos bosques: além da lenha, eles eram largamente usados para a criação de suínos – o único tipo de carne que os camponeses podiam obter regularmente –, que se alimentavam de bolotas de carvalho e de trufas.

Os camponeses deviam ao proprietário do domínio, em troca do usufruto hereditário do manso, dois tipos de obrigações: parcelas da produção de seus mansos e pagamentos em dinheiro, e prestação de serviços gratuitos na reserva senhorial.

Essa dupla extração de excedente econômico a que o camponês dependente estava sujeito, parece ter sido muito mais pesada, na obrigatoriedade do trabalho não-remunerado, que nos pagamentos em produtos e em dinheiro. As fontes disponíveis falam em alguns ovos, aves, porcos, cargas de lã, litros de centeio, e poucas moedas, como pagamentos anuais. O que equivale a dizer que a função primordial do manso era garantir a sobrevivência do camponês, habilitando-o ao cumprimento da tarefa na qual ele se tornara absolutamente indispensável, dada a exigüidade de mão-de-obra da época: o cultivo compulsório das áreas agricultáveis, concentradas na reserva senhorial.

Em outras palavras, o trabalhador rural conseguia a reprodução de sua força de trabalho, sem ônus para o proprietário da terra – e ainda lhe pagava por isso, capacitando-se para desempenhar um trabalho do qual não colhia resultado algum: a totalidade da produção conseguida na reserva senhorial era entregue ao proprietário da terra.

Além da atividade agrícola propriamente dita, os domínios foram também centros de produção manufatureira. As matérias-primas de origem rural eram produzidas e transformadas dentro dos próprios domínios, tornando-os auto-suficientes em óleo, vinho, queijo, manteiga e farinha. Mas também objetos que requeriam processos de transformação mais elaborados, como tecidos, utensílios de madeira e de metal, e armas eram normalmente produzidos, geralmente com mão-de-obra escrava em oficinas próprias, enquanto o trabalho não-remunerado dos camponeses dependentes era utilizado largamente nessas atividades manufatureiras, com especial destaque para o feminino, usado na fabricação de tecidos.

Domínios contando com vários especialistas em tarefas artesanais e mesmo em prestação de serviços, tais como tecelões, alfaiates, ferreiros, armeiros, sapateiros, fundidores, carpinteiros, pedreiros e médicos eram a regra geral para o período, principalmente durante os séculos VIII e IX, tipificando as *villae* carolíngias, sendo responsáveis pelo grosso da produção manufatureira da Europa Ocidental.

Embora a economia dominial tendesse para a auto-suficiência, as próprias limitações da produção, gerando situações localizadas de escassez de determinados produtos, contribuíram para desenvolver uma circulação comercial nada desprezível. Que a mão-de-obra de-

pendente dos mansos devesse anualmente *pagamentos em dinheiro*, mesmo que reduzidos, é prova de que mesmo sua atividade de sobrevivência gerava excedentes comerciáveis, aos quais se somavam os resultantes da produção da reserva senhorial. Em última análise, isso mostra uma Alta Idade Média convivendo com uma economia monetarizada, integrada em circuitos comerciais.

Já no século VI, documenta-se a criação da feira de Saint-Denis, especialmente criada para que a abadia que lhe dava o nome — um grande domínio eclesiástico —, comercializasse o excedente econômico que regularmente criava. Durante a época carolíngia (séculos VIII e IX), as feiras e os mercados locais multiplicaram-se, com os grandes domínios reais chegando mesmo a se especializarem na produção de determinados produtos, destinados à comercialização.

Um produto largamente transacionado durante todo esse período, foi o sal. Imprescindível para a alimentação diária e para a conservação de alimentos, mas não disponível em toda parte, seu comércio manteve-se ao longo das antigas rotas romanas, e estabeleceu novas rotas além do rio Reno.

Problemas de conservação das estradas romanas, e da lentidão e pequena carga útil das carroças, determinaram que as rotas comerciais fossem estabelecidas principalmente ao longo dos rios, pela navegação de cabotagem, tanto no Mediterrâneo como no mar do Norte.

Esses excedentes comercializados, como o atestam as fontes, eram transacionados dentro de uma economia monetarizada. Até o século VII, manteve-se o bimetalismo de ouro e prata, com a disseminação das oficinas de cunhagem de moedas, e a conseqüente perda do monopólio estatal; a partir do século VIII, com os carolíngios empenhados em reunificar o ocidente europeu, adotou-se o monometalismo de prata, restabelecendo-se o monopólio real de cunhagem.

As razões dessa mudança, dadas as controvérsias entre os especialistas, e seu entrelaçamento tanto com o papel econômico dos núcleos urbanos, como com o comércio externo da Europa Ocidental, devem ser tratadas à parte.

### Vida Urbana, Comércio Externo e Monetarização (séculos VI-X)

A intensidade da vida urbana durante a Alta Idade Média parece ser a questão que mais tem contraposto os especialistas sobre o

período. Com certeza a questão poderia ser melhor visualizada se a indagação básica fosse outra: *qual foi o peso econômico* que as cidades tiveram no sistema como um todo?

Para respondê-la, deve-se ter presente que as cidades ocidentais, na época romana, foram mais centros administrativos e militares, que núcleos de produção manufatureira, e extremamente dependentes dos produtos da economia rural. Além disso, a adoção da economia de dirigismo estatal nos séculos IV e V, esvaziou as cidades de sua população mais ativa, e elas foram substituídas quanto à atividade manufatureira, pelas *villae* rurais, conservando, porém, suas características nucleares de centros administrativos e militares.

Se os domínios foram os herdeiros da atividade econômica das *villae*, não parece que as primeiras dinastias germânicas, e mesmo os carolíngios tenham mudado o caráter das cidades que dominaram. Ao contrário, durante todo o período a atividade produtiva tendeu de maneira crescente a concentrar-se nos domínios, dada a proximidade das fontes produtoras de alimento, e da necessária concentração de mão-de-obra para tal fim.

Portanto, nem as cidades eclipsaram-se no século VIII, devido ao fechamento do Mediterrâneo ao comércio cristão pelas conquistas muçulmanas, nem começaram a renascer nesse mesmo século, graças ao afluxo do ouro muçulmano obtido principalmente através do comércio de escravos. Elas simplesmente continuaram a existir como durante o Baixo Império Romano: com um peso econômico muito diminuto.

O que ocorreu durante o século VIII foi um fenômeno de natureza completamente alheia a qualquer implicação por parte dos muçulmanos, quer quanto à navegação européia pelo Mediterrâneo, quer quanto ao afluxo de ouro para a Europa cristã.

Tratou-se da primeira tentativa bem-sucedida, se bem que efêmera, de reunificação da Europa Ocidental, por parte dos carolíngios, sob um Estado centralizado. O fim das guerras internas e uma sistemática política de expansão territorial determinaram o surgimento de um período de estabilidade, permitindo que os excedentes econômicos gerados fossem comercializados com maior desenvoltura. No entanto, não se pode falar em renascimento urbano, uma vez que ocorreu um notável reforço da economia dominial, com as cidades passando simplesmente a desempenhar melhor sua função

administrativa: o recolhimento dos direitos reais sobre o comércio, o *portus*.

E se essa função revitalizou as antigas cidades romanas, principalmente as localizadas ao longo dos rios (Rouen, Amiens, Tournai, Verdun), ela também permitiu o estabelecimento de simples postos de pedágio fluviais (Dinant, Huy, Valenciennes, Quentovic, Duurstede), cuja única função era a cobrança das taxas reais, em um contexto de ampliação do comércio interno, baseado nos resultados da produção dominial.

Quanto ao comércio exterior, não há dúvidas de que seu principal eixo tenha sido o Mediterrâneo. Quanto à sua intensidade, e quanto aos efeitos que a expansão muçulmana provocou, as explicações divergem muito. Vão desde a permanência de um ativo comércio mediterrâneo até o século VIII, e completamente interrompido então, pelo domínio muçulmano desse mar; até sua insignificância até o século VIII, quando foi revitalizado pela expansão muçulmana, graças à sua procura de escravos, peles e madeiras; passando pelo domínio que a esquadra bizantina exerceu sobre o Mediterrâneo central, tornando segura a ligação Itália-Império Bizantino, mesmo após o avanço muçulmano.

Em meio a essas teses conflitantes, a pergunta básica que deve ser feita é: qual a real importância que o comércio externo tinha para uma região que tendia à auto-suficiência, marcada por uma escassez endêmica? A essa deve-se somar outra indagação: o que a Europa Ocidental tinha para oferecer como produto indispensável ao Império Bizantino?

A resposta à primeira pergunta deve ser necessariamente, *nenhuma*, e à segunda, *nada*.

E essas respostas adquirem um significado pleno, quando se atenta para as importações européias: papiros, marfim, seda, especiarias, jóias, vinhos da Síria – todos objetos de luxo e artigos supérfluos –, que só poderiam encontrar um mercado consumidor extremamente limitado. E, ainda, a presença de mercadores judeus e principalmente sírios, nos portos mediterrâneos europeus, como relatam as crônicas da época, refletem não a pujança do comércio exterior, mas ao contrário, seu pequeno volume, uma vez que esses estrangeiros vêm preencher uma lacuna: a ausência de mercadores europeus, em seus próprios portos.

Quanto às exportações européias, elas consistiram de peles, madeiras e principalmente escravos. Quanto aos escravos, é necessário que se assinala que seu destino privilegiado era o mundo muçulmano, o que equivale a dizer que seu tráfico adquire maior relevância a partir de finais do século VII. E antes dessa data, teria sido significativo o comércio de escravos? Dificilmente uma Europa que lutava contra uma escassez crônica de mão-de-obra poderia se dar ao luxo de exportar quantidades substanciais do que lhe era mais raro.

De qualquer forma, a exportação de quantidades limitadas de peles, madeiras e escravos, não poderia criar uma balança comercial favorável, frente à importação de objetos de luxo, mesmo se em quantidade ainda menor. Forçosamente o ouro, que a Europa tinha em pequeno volume, proveniente das minas da península Ibérica, foi drenado para o Mediterrâneo oriental, provocando o aviltamento das moedas cunhadas pelos reinos bárbaros, e uma tendência geral para seu entesouramento.

E mesmo a partir do século VIII, quando uma das mercadorias de exportação européia – os escravos –, encontra um mercado consumidor ampliado no mundo muçulmano, quando eram transacionados por moedas de ouro, seu volume não pode ter sido tão significativo, uma vez que é exatamente a partir dessa data, que a Europa abandona o bimetalismo, adotando um monometalismo de prata.

O ouro, sem dúvida, tendeu a ser entesourado. O ingresso do ouro muçulmano através do comércio de escravos não pode ter compensado a perda das minas ibéricas, e sua circulação era mais adequada a uma economia que convivesse com grande volume de excedente econômico. A adoção do monometalismo da prata era o correspondente lógico da necessidade de uma moeda de valor mais baixo, que podendo circular rapidamente, maximizasse a mobilização dos diminutos excedentes econômicos gerados, efetuada por um Estado mais estável que os anteriores, centralizado e com área geográfica considerável, mas que principalmente, possuía reservas substanciais de prata: as minas da atual Baviera.

Mas, mesmo essa reforma monetária carolíngia não pode ser vista como sinônimo de grande desenvolvimento econômico, uma vez que a própria moeda não cumpria plenamente durante o período, senão uma de suas três funções básicas dentro de uma economia monetarizada.

Menos que instrumento de medida de valor e de troca, a moeda foi muito mais mero instrumento de reserva de valor. Embora muitas vezes, o preço das mercadorias fosse expresso em outras mercadorias e serviços, e a troca acabasse sendo realizada diretamente entre mercadorias e serviços, a moeda sempre conservou seu valor intrínseco, expresso pela quantidade de metal nobre que possuía. Por essa razão, ela acabou supervalorizada, o que resultou em um entesouramento crescente e na exigüidade da circulação monetária.

Cidades com pouco peso econômico, comércio exterior limitado e monetarização incompleta foram o reflexo de um sistema econômico exíguo, baseado na produção agrícola. Seu desenvolvimento acabou totalmente dependente do bom resultado da economia dominial, e das transformações que nela ocorressem.

#### As Transformações na Técnica Agrícola (séculos IX-X)

A baixa produtividade agrícola que a economia dominial apresentava devido ao uso de técnicas rudimentares e ao sistema de cultivo bienal, pode ser alterada devido à disseminação de uma série de inovações técnicas, que acabaram levando a um consistente crescimento da produção agrícola, durante os séculos IX e X.

A primeira delas foi a adoção do sistema trienal de cultivo. A terra agricultável passou a ser dividida em três partes, permitindo que duas delas fossem semeadas anualmente, uma com cereais de inverno (trigo e centeio), outra com cereais de primavera (cevada e aveia), enquanto a terceira permanecia em repouso. A adoção de tal sistema permitiu que 66% do total da área produtiva fosse anualmente aproveitado, contra os apenas 50% sob o sistema bienal.

Na esteira da adoção do sistema trienal, ocorreu a difusão do uso do moinho d'água, o que facilitou a moagem do trigo e o preparo do azeite, e principalmente a substituição do arado romano pela charrua germânica, e um novo tipo de atrelagem dos animais de tiro.

A charrua, um tipo de arado com rodas e lâminas de metal, era o instrumento ideal para os solos mais pesados da Europa não-mediterrânea. Eles puderam ser melhor revolvidos e oxigenados, o que resultou em colheitas mais abundantes, e no cultivo intensivo de es-

pécies vegetais com alto valor protéico (vagens, favas, lentilha, grão-de-bico). A adoção generalizada da charrua permitiu tanto uma melhora em termos de nutrição, na dieta básica dos camponeses dependentes, como resultou em uma economia da mão-de-obra diretamente envolvida na produção de alimentos, uma vez que ela dispensava o trabalho adicional de cavar os campos antes da semeadura.

E a nova técnica de atrelagem — a adoção do arnês, em substituição do colar de pescoço que sufocava os animais —, levou ao uso generalizado do cavalo como animal de tiro, em substituição ao boi. Mais rápido e mais resistente ao uso contínuo que o último, o cavalo — antes reservado às atividades bélicas —, teve seu poder de tração aumentado com a adoção do arnês, resultando em uma aceleração dos trabalhos agrícolas e da circulação terrestre de mercadorias.

Por outro lado, o cavalo necessita de cuidados especiais, que os bovinos dispensam: durante os longos invernos europeus, quando a neve cobre as pastagens naturais, ele precisa ser nutrido com forragens, previamente armazenadas para tal fim. Em outras palavras, terras agricultáveis, que não se tem em quantidade ilimitada, e mão-de-obra, que se tem em quantidade limitada, devem ser orientadas para garantir a sobrevivência de um animal de tiro.

É lógico que a generalização do uso do cavalo, como animal de tiro, implicava uma maior disponibilidade de terras agricultáveis, o que foi viabilizado pelo movimento espontâneo por parte da população camponesa, de alargamento da área agrícola, pela derrubada de florestas, drenagem de pântanos e semeadura em terrenos baldios, denominado *arroteamento*, que se acelera durante o século X.

Paralelamente, parece ter havido uma inversão da secular tendência de recuo demográfico, com a população européia voltando a crescer cumulativamente, a partir também do século X.

Embora as seguidas invasões vikings e magiares, desagregando as estruturas administrativas carolíngias, tenham em parte obscurecido os efeitos dessas transformações técnicas, elas acabaram fornecendo a base para todo o posterior desenvolvimento do sistema econômico funcional. E em o fazendo, permitiram sua cristalização e conseqüente expansão, paralelamente à decadência da economia dominial, sinônimo de uma sociedade altamente ruralizada.

## A ECONOMIA SENHORIAL (séculos XI-XIII)

Por volta do século XI, uma nova Europa emerge das ruínas da frustrada tentativa de centralização econômico-administrativa carolíngia. Marcada pelo apogeu da formação social funcional, ela empreende uma notável expansão geográfica em direção aos quatro pontos cardeais: ao norte, alcança a atual Inglaterra; ao sul, a Itália meridional e a Sicília, a Palestina e partes da Síria; a oeste, a Espanha central; e a leste, a planície centro-européia até o rio Oder e o litoral do mar Báltico.

Essa expansão foi possibilitada basicamente pelas transformações na técnica agrícola, ocorridas nos dois séculos anteriores, aliadas a uma lenta suavização do clima europeu a partir do ano mil, quando se tornou mais quente e seco, o que permitiu o cultivo em regiões antes impróprias — *vinha* na Inglaterra, e *cereais* na Escandinávia.

E essas transformações — denominadas exageradamente de “Revolução Agrícola” —, encontrando uma conjuntura favorável marcada pela ausência de grandes surtos epidêmicos entre os séculos X e XIII, por um tipo de guerra que causava poucas mortes (a feudal), e pela abundância de recursos naturais (a existência de maior extensão de terras inexploradas, que de já cultivadas), possibilitaram um constante crescimento da população européia, levando-a de 42 milhões de habitantes no ano 1000, a 61 milhões em 1200, e a 73 milhões em 1300, também exageradamente denominado de “Revolução Demográfica”.

Se esse constante aumento da população européia permitiu, por um lado, a cristalização e a expansão do sistema econômico funcional, por outro, levou à suavização das formas de compulsão do trabalho.

A escravidão praticamente desaparece, e os proprietários de terras — os senhores, laicos ou eclesiásticos —, deixam de basear sua extração de excedente econômico no trabalho não-remunerado e obrigatório, que o camponês dependente prestava na reserva senhorial.

Não que o camponês deixasse de ter obrigações para com o seu senhor; nem que o trabalho manual tivesse se libertado da implícita condição de perda da liberdade individual. No entanto, aqui

reside uma das principais características da economia senhorial; os resultados do trabalho do camponês passaram a ser apropriados pelos senhores, e não mais o próprio trabalho.

Essa mudança na forma de o excedente econômico ser extraído, só pode ser compreendida dentro de um contexto de desenvolvimento da economia, gerado pela combinação das transformações técnicas com o crescimento populacional. No entanto, se por um lado ela permitiu que o sistema econômico funcional se alargasse no limite (a categoria fundante para a extração de excedente passou a ser simplesmente a propriedade da terra, não importando se sob forma feudal ou alodial, e/ou o direito de administração da justiça sobre determinada área), por outro, incentivando organicamente a industriabilidade do campesinato dependente, ela acabou por fazer aflorar a *contradição interna*. Essa contradição maximizada, levou à desagregação do sistema funcional: a possibilidade de, graças ao acúmulo de parcelas do excedente econômico não apropriado, o camponês resgatar suas obrigações servis, e tornar-se mão-de-obra não-dependente, desmontando toda funcionalidade do sistema.

Nessa economia senhorial, embora houvesse particularidades regionais e variantes temporais, pode-se identificar dois tipos básicos de senhorios: o fundiário e o banal.

O primeiro, herdeiro direto dos domínios, dividia-se entre a reserva senhorial e as parcelas ocupadas pelos camponeses. Mas, ao contrário dos domínios, as parcelas da produção dos mansos e o pagamento de certas taxas era muitas vezes mais importante que o trabalho obrigatório dos camponeses na reserva senhorial, que passou a ser exigido somente em casos específicos: construção de fossos e celeiros, conservação de estradas, pontes e demais edificações de uso comum. Essa dependência do proprietário de terras do bom desempenho do trabalho agrícola camponês, fez com que a reserva senhorial — que desde o século XI era predominantemente cultivada com mão-de-obra assalariada —, fosse sendo reduzida em extensão, subdividida em lotes entregues a camponeses que passaram a cultivá-los hereditariamente, em troca de quantias fixas, em dinheiro (*censo*) e em partes da produção obtida. Paralelamente, a pressão demográfica fez com que os mansos tradicionais perdessem sua característica de unidade de produção familiar, sendo subdivididos em duas e até mesmo em quatro partes, para acomodar o aumento da população que as transformações na técnica agrícola propiciaram.



Enquanto o senhorio fundiário tendeu a se concentrar nas áreas nucleares do antigo Império Carolíngio, o senhorio banal, ao contrário, estendeu-se a toda Europa Ocidental, alcançando mesmo os Estados cristãos estabelecidos no Oriente Próximo, em virtude das Cruzadas, caracterizando a expansão máxima do sistema econômico funcional.

Sua origem está no poder de *ban* da tradição germânica (jurisdição), que o senhor possuía sobre determinado território, que lhe concedia o direito de ordenar, tributar, julgar e punir. Com a falência da administração centralizada carolíngia no século X, frente às invasões vikings e magiares, os senhores mais poderosos substituíram o Estado, assegurando proteção às populações ameaçadas, mas ampliando em muito seu antigo direito de *ban*. O resultado foi a constituição de vastas áreas, englobando várias aldeias camponesas e diversos senhorios fundiários, sob a jurisdição de aristocratas locais, que tinham sobre elas poderes políticos, militares e econômicos.

Englobando vários senhorios fundiários – o que sujeitava os camponeses a uma dupla extração de excedente –, ou mesmo estabelecendo-se em regiões onde eles não se constituíram, o senhorio banal foi a forma padrão de expansão do sistema funcional, acentuando pelo seu lado econômico, a noção de que a partir do século XI, o que se pretendia eram os frutos do trabalho camponês, e não o próprio trabalho.

Na verdade, a maior parte dos recursos da economia senhorial passou a ser obtida mais pelas cargas impostas a todos os habitantes do senhorio banal, que viabilizada através do cultivo da terra. Algo como 50% do total da produção camponesa era apropriado pelos senhores, na forma de tributo. Esses tributos iam desde a cobrança de pedágios sobre a circulação de mercadorias, taxas sobre transações comerciais, taxas arbitrárias sobre a produção (talhas), ajudas excepcionais (pagamento do resgate do senhor), multas impostas pelos tribunais, taxas para a utilização do forno, do moinho e do lagar – monopólios do senhor (banalidades) –, até a cobrança de três taxas especiais que incidiam sobre os servos. Eram estas as três taxas: a *chevage*, paga anualmente em dinheiro, simbolizando a dependência pessoal para com seu senhor; a *formariage*, paga quando do casamento com uma pessoa livre, ou residente em outro senhorio;

e a *mainmorte*, paga pelos herdeiros para terem a posse dos bens pessoais de um servo (animais, ferramentas, implementos agrícolas).

Além desses encargos devidos aos senhorios banais, os camponeses dependentes deviam entregar anualmente à Igreja, 10% de sua produção agrícola (dízimo). Originariamente instituído pelos soberanos carolíngios no século VIII, como forma de indenizar a Igreja pela perda de propriedades fundiárias entregues a vassalos com função militar (vassalagem de benefício), e restrito apenas às terras apropriadas, o dízimo, na passagem dos séculos X/XI, estendeu-se arbitrariamente a toda Europa Ocidental.

Embora pesadamente onerado por um sistema que muitas vezes o sujeitava a uma tripla tributação (senhorio fundiário, senhorio banal e dízimo eclesiástico), e preso a um método de produção pouco desenvolvido (as únicas melhorias técnicas do período foram a adoção do moinho de vento e o uso da argila calcária como fertilizante), o campesinato dependente pôde, no decorrer do período, alcançar uma melhoria em suas condições materiais e mesmo emancipar-se de sua condição servil. Isso devemos, principalmente, a dois fatores: os encargos tenderam a se transformar em parcelas fixas, e houve um permanente desequilíbrio entre a oferta e a demanda dos produtos agrícolas.

Os encargos impostos pela economia senhorial, por via de regra baseavam-se em antigos costumes (eram *consuetudinários*). E durante um período de expansão geográfica, qualquer pressão senhorial no sentido de impor novas obrigações ao campesinato provocava a inevitável evasão para as novas áreas, onde justamente por serem regiões de colonização recente, os encargos que recaíam sobre os camponeses eram estabelecidos de maneira clara e fixa. Assim, para impedir uma evasão maciça e freqüente, os encargos senhoriais mais pesados e arbitrários – notadamente as talhas –, foram aliviados e tornados fixos, sendo escritos em documentos denominados *fuegos*, *statuti* ou *Weistümer*, dependendo do local.

A combinação entre crescimento demográfico contínuo e baixa produtividade agrícola, provocou uma demanda de gêneros alimentícios que a oferta global não conseguia suprir, resultando em um crescente aumento dos preços dos produtos agrícolas. Esse desequilíbrio entre a oferta e a demanda permitiu ao camponês dependente comercializar lucrativamente parte de sua produção, prin-

principalmente depois que os encargos senhoriais, a que estava sujeito, tenderam a ser fixos. Penalizado em anos de más colheitas, o camponês conseguia, no entanto, nos anos de colheitas regulares ou abundantes, acumular reservas monetárias que usava para resgatar sua condição servil.

Se bem que em algumas regiões – Inglaterra e norte da Itália –, os pagamentos em dinheiro foram substituídos por prestações em espécie, com os senhores querendo se beneficiar da alta dos preços dos produtos agrícolas, a norma geral nos séculos XII e XIII foi a comutação da condição servil camponesa em troca de pagamentos em dinheiro.

Esta crescente possibilidade de os camponeses comercializarem os excedentes de sua produção agrícola foi basicamente resultado do crescimento demográfico que, por sua vez, foi viabilizado pelas transformações na técnica agrícola, ocorridas nos séculos IX e X. O sistema econômico funcional viu-se forçado a empreender uma expansão geográfica, quer dentro de suas próprias fronteiras – através dos arroteamentos, quer externamente – através do *impulso para leste*, da Reconquista e das Cruzadas. Isto porque as únicas formas de aumento do volume da produção global, em sistemas de trabalho compulsório, são a ampliação do número de trabalhadores (o que já ocorria), e do espaço físico da área produtora.

E essa expansão necessária, se por um lado ampliou em muito as áreas sujeitas à economia senhorial, notadamente ao senhorio banal, que persistiu por vários séculos em várias regiões européias, por outro, acabou por destruir a noção de funcionalidade econômica que dava coerência a todo sistema, permitindo a emancipação do trabalhador de uma implícita condição servil, através do estabelecimento de uma economia comercial e muito monetarizada, que possibilitava mobilidade social pelo trabalho livre e assalariado.

### O COMÉRCIO, A URBANIZAÇÃO E A MONETARIZAÇÃO (séculos XI-XIII)

Atingindo no século XI o estágio de *consumo agrícola indireto*, a Europa Ocidental pôde sustentar um crescimento demográfico substancial, enquanto liberava mão-de-obra para outras tarefas que

não a produção de alimentos, e para manter uma notável expansão geográfica.

A atividade comercial, que sempre esteve à margem do sistema funcional, vista como um “mal necessário” adquiriu nessa nova conjuntura de maior produtividade agrícola + crescimento demográfico + expansão geográfica, um notável impulso.

Uma camada mercantil formada por homens livres, originária de antigos agentes comerciais dos senhores, de proprietários alodiais ou também de agentes-residentes de mercadores dedicados ao comércio à longa distância, logo tornou-se peça fundamental para a camada senhorial, nesta época de alargamento dos mercados. Os senhores passaram a depender dessa camada mercantil, para abastecerem-se de artigos de luxo, cuja demanda aumentava devido à crescente existência de excedentes agrícolas comercializáveis. E para a conversão desses excedentes agrícolas em dinheiro, devido à pobreza de rede de comunicações interna, e da grande disparidade regional de preços, principalmente quando da ocorrência de calamidades naturais localizadas.

Enquanto tornava-se indispensável para os senhores, essa camada mercantil transformou-se em alavanca propulsora da emancipação camponesa de sua condição servil. Ela viabilizava uma extensa rede de comercialização regional dos excedentes agrícolas (as feiras). No entanto, os altos custos do transporte terrestre, a exigüidade das comunicações, e a existência de inúmeros pedágios impostos pelos senhorios banais limitaram o período a um comércio regional, ou um comércio a longa distância, em prejuízo do estabelecimento de uma sólida rede comercial inter-regional ou mesmo nacional.

Nesse universo comercial bipolarizado, o setor mais dinâmico foi, desde o início, principalmente pelos custos suportáveis do transporte marítimo e pela crescente demanda senhorial de artigos de luxo, o comércio a longa distância, estruturado em torno de dois eixos, o mediterrâneo e o nórdico.

Foram as cidades italianas – Nápoles, Gaeta, Salerno, Pisa, Amalfi –, e principalmente Veneza e Gênova, que a partir do século XII lutam pela hegemonia no Mediterrâneo oriental, as grandes beneficiadas por esse crescimento da atividade comercial. Além de sua condição geográfica favorável como elo de ligação entre o Ocidente e o Oriente, e da presença de enclaves bizantinos e árabes (ambas

civilizações comerciais), basicamente todo o comércio exterior europeu, durante os séculos VI-X, ocorreu através da Itália, o que lhe dava uma forte tradição comercial. Portanto, suas cidades puderam beneficiar-se primeiro da reativação dos circuitos comerciais europeus, além de desempenharem um papel importantíssimo e necessário, no eixo de expansão aberto pelas Cruzadas.

Enquanto Veneza, apoiando-se em suas antigas relações com o Império Bizantino, transforma-se no importador e redistribuidor europeu privilegiado de artigos de luxo orientais (especiarias, tecidos de seda, perfumes), além de contar com um império colonial mediterrâneo que lhe fornecia trigo, vinho, azeite, açúcar, madeiras, mástique e alume, mel e cera, Gênova, por sua parte, consegue, no século XIII, o controle econômico do mar Negro, ponto terminal de uma das rotas comerciais do Extremo Oriente, além de se constituir em grande exportadora de cereais, peles, cera, pescado e escravos.

No norte europeu, as cidades comerciais alemãs formam, no século XII, uma associação destinada a proteger seus interesses mercantis e marítimos comuns, denominada Liga Hanseática ou Hansa, que monopoliza todo comércio ao longo do Atlântico norte e do mar Báltico. Concentrando-se em mercadorias mais volumosas e pesadas que os artigos de luxo, leves e de alto valor unitário importados pelas cidades italianas, o comércio nórdico, embora superasse o mediterrâneo em volume, mobilizava menores quantias de capital. Seu eixo básico centrava-se na rota Novgorod-Reval-Lübeck-Hamburgo-Bruges-Londres, e envolvia mercadorias como peles; mel, cera, trigo, madeira, pescado, cobre, ferro, sal, lã, tecidos e principalmente vinho, largamente consumido em toda Europa.

Essa reativação geral do comércio europeu contribuiu juntamente com o crescimento demográfico, para que as cidades do interior do continente deixassem de ser meros centros administrativos, para concentrarem a produção manufatureira antes restrita aos domínios, ou para se constituírem em centros comerciais.

Na verdade, as antigas cidades romanas ou as medievais, que se formaram ao redor de fortalezas (*burgus*), características da Europa não-mediterrânea, embora reativadas pela conjuntura propícia do período, não tiveram mais que algumas dezenas de milhares de habitantes, possuindo as maiores cidades em finais do século XIII cerca de 100 mil habitantes (Milão, Veneza, Nápoles, Florença, Paris).

A real importância dessa urbanização que se inicia no século XI, foi menos o número de habitantes que os núcleos urbanos tiveram, e mais a condição de homens livres trabalhando sob salários, que as cidades logo proporcionaram a seus habitantes, livrando-os dos encargos senhoriais.

Duas atividades urbanas, tanto pela quantidade de mão-de-obra empregada, como pelo volume de capital imobilizado, formaram o esteio da atividade econômica das cidades: a manufatura têxtil e a construção. Além da maior necessidade de moradias, devida ao reativamento da vida urbana, ocorreu uma maciça e generalizada construção de edifícios públicos, notadamente catedrais, algumas de proporções monumentais, como a de Amiens, que podia abrigar em seu interior 10 mil pessoas, ou seja, toda a população da cidade.

A manufatura têxtil, centrada nos tecidos de lã (enquanto os de linho tinham relativa importância, os de seda encontravam-se em plano secundário), foi a mais importante das atividades econômicas urbanas, presente em praticamente todas as cidades médias e grandes da Europa, constituindo seus centros mais significativos em Flandres, Itália do norte e Inglaterra. O processo produtivo dos tecidos de lã comportava cerca de trinta operações diferentes, indo desde a lavagem da lã para retirar sua gordura, até o tingimento dos panos e o corte das felpas, cada uma efetuada por mão-de-obra especializada, recebendo salários diferenciados. Essa particular divisão do trabalho implicava que do custo total da produção, 60% fosse representado pelo pagamento de salários.

Essa preponderância dos salários na composição dos custos de produção, que tendeu a ser padrão para toda atividade manufatureira urbana, não significou, no entanto, que o trabalhador especializado pudesse se impor aos proprietários das manufaturas. Ao contrário, a crescente oferta de mão-de-obra, aliada à libertação dos encargos senhoriais que as cidades propiciavam, atuaram no sentido de manter os salários relativamente baixos, mesmo em um período de alargamento do mercado consumidor. A própria forma como a produção manufatureira foi organizada, auxiliou os proprietários de manufaturas e a camada mercantil a manterem um rígido controle sobre seus empregados assalariados.

Toda produção urbana foi organizada localmente em associações profissionais, denominadas corporações de ofício. Tendo co-

mo unidade produtiva a oficina, empresa individual cujo proprietário, conhecido como mestre, era dono tanto da matéria-prima como das ferramentas, cada corporação urbana estabelecia os regulamentos de sua atividade (procedimentos técnicos, condições de emprego da mão-de-obra), e zelava pelo seu cumprimento. Dominadas pelos mestres, cuja condição tendeu a se tornar hereditária e sujeita a uma série de entraves para que trabalhadores comuns a alcançassem, as corporações estabeleceram uma regulamentação protecionista contra a concorrência, que fazia com que todos os mestres operassem segundo um princípio de igualdade (mesma condição de obtenção de matérias-primas, mesmos procedimentos técnicos de fabricação, mesmas condições de emprego da mão-de-obra e venda sem publicidade) e um princípio de exclusividade (reserva do mercado local aos mestres, perseguição à produção caseira e vigilância às corporações paralelas para que não saíssem de sua especialidade).

Dessa forma, essa organização absolutamente hostil a toda forma de concorrência, pôde manter os preços de seus produtos artificialmente elevados. Impediu o desenvolvimento do espírito inventivo, organizando a produção em uma estrutura piramidal, com cada oficina contando com um mestre, um aprendiz e poucos trabalhadores assalariados (companheiros ou jornaleiros) e controlando a mão-de-obra mediante acordos individuais de salários. Puniu as greves com pesadas multas e até com a morte.

De qualquer forma, a reativação da produção urbana e o alargamento do mercado, levaram à necessidade de uma expansão dos meios de pagamento. Essa expansão necessária teve que enfrentar dois problemas: a diversidade das moedas em circulação e seu baixo valor intrínseco. A fragmentação do Império Carolíngio fizera com que em inícios do século XI, houvesse literalmente centenas de diferentes moedas senhoriais, cada uma circulando em uma área restrita. Isso se constituía em um entrave para as trocas, enquanto todas elas eram de prata, com um baixo valor, o que freava uma maior velocidade de circulação, necessária em um período de crescentes demanda e trabalho assalariado.

O progressivo fortalecimento dos poderes centrais a partir do século XII, mais as pressões da camada mercantil (a decantada aliança rei-burguesia), levaram ao desativamento progressivo das oficinas de cunhagem senhoriais, passando a haver uma maior homogeneização

do meio circulante, ao menos nos Estados mais centralizados, como a França. Por outro lado, a expansão do comércio transaariano de ouro que atinge a Europa através dos árabes, mais a entrada em circulação dos metais entesourados durante a Alta Idade Média, permite que se passe ao bimetalismo: em 1252, Gênova e Florença cunham moedas de ouro.

No entanto, nem o afluxo de ouro árabe, nem o aumento da produção das minas de prata da Europa Central, e nem o desentesouramento de reservas metálicas foram suficientes para compensar o aumento do volume de moeda que a reativação econômica demandava.

O caminho natural – o recurso ao crédito com o desenvolvimento do sistema bancário –, encontrava-se, em parte, bloqueado pela Igreja. Esta combatia a usura, encarando-a como a pior maneira de lucrar, uma vez que o único fim do dinheiro era satisfazer as necessidades dos consumidores, sendo portanto estéril, e não devendo pois frutificar. E ainda que a Igreja tivesse evoluído de sua postura original de que *nenhum cristão devesse ser mercador*, para uma concepção em que o comércio era visto como uma necessidade para promover o bem-estar comum, assegurando vantagens para o comprador e para o vendedor, essa evolução, na verdade, não incentivou seu desenvolvimento. Ela introduziu a noção do *preço justo*, visto como a determinação do custo da produção pelo que fosse necessário para a manutenção do produtor, o que acabou redundando na idéia de que só deveriam trocar mercadorias que contivessem quantidades iguais de trabalho e custo.

Não que os cristãos cumprissem à risca esses preceitos religiosos, uma vez que eram os lombardos e os naturais de Cahors (cidade do sul da França) os principais emprestadores de dinheiro do período, normalmente sob a penhora de bens imóveis e a uma taxa de juros da ordem de 40%. Os judeus, como vulgarmente se divulgou, concentravam-se nas áreas economicamente menos ativas da Europa Central, constituindo-se, em sua maioria, na típica figura do usurário da aldeia, transacionando pequenas quantias com a população camponesa.

Também contrariando essas proibições, os bancos acabaram desenvolvendo-se, e a atividade bancária como se conhece hoje – o empréstimo a juros de parte dos valores em depósito –, nasceu da

reativação do comércio interno europeu em uma época de extrema diversificação monetária. Isso acabou obrigando o mercador a buscar uma uniformização de valor que facilitasse as trocas. Nas cidades italianas, particularmente em Gênova, os mercadores de dinheiro (cambistas), personagens cada vez mais necessários, passaram a ser conhecidos também como banqueiros, e a efetuar transações que incluía o aceite de depósitos de particulares, as transferências de fundos para outras praças comerciais, e os empréstimos a juros. Os produtos tinham seu preço estabelecido em uma moeda, mas no ato da venda, normalmente efetuada em outra região, eram pagos em moedas diferentes, e as figuras do cambista e do banqueiro terminaram associadas em uma mesma pessoa.

O que faltava, no entanto, para um maior desenvolvimento do sistema bancário-creditício, era a afirmação de outra forma de extração do excedente econômico, que não a senhorial, justificada pela existência de duas especializações profissionais restritas: a de guerreiro e a de religioso, caracterizando, ambas, um sistema econômico funcional, onde as ocupações que envolviam a troca e a moeda tinham sempre um espaço marginal.

O aparecimento dessa nova forma de extração do excedente, através da comercialização de mercadorias e do trabalho assalariado, acabou sendo viabilizada pela própria expansão do sistema funcional. Se no século XIII, esse sistema atinge seu zênite, não deixa de apresentar as primeiras fissuras em sua própria essência de funcionalidade. Trata-se do aparecimento das ordens militares de monges-soldados, como reflexo de uma corrente de pensamento da Igreja que reabilita a noção de trabalho manual, caracterizando o cristão ideal como o homem que unisse a fé à ação; da aceitação generalizada do serviço militar remunerado dos cavaleiros feudais, reflexo de uma economia cada vez mais monetarizada; e da difusão ampla do serviço militar especializado, na forma de arqueiros, mineiros, sapadores e piqueiros, mediante o pagamento de um soldo.

#### 4. SISTEMA ECONÔMICO COMERCIAL

*“Se você for um mercador ou um artesão, não tenha uma mente inábil. Observe cuidadosamente ao seu redor, dia e noite, e pese bem suas decisões. Seja cauteloso com respeito às estações, que você então saberá quando dar e quando tirar; porque o modo como você compra, indica a maneira como você vende. E quando alguém for à sua loja, abra seus olhos e fique atento. Não confie em toda espécie de pessoas, preste atenção às suas mãos.”*

*Anônimo, escrito em dialeto genovês, no final do século XIII.*

A contínua expansão do sistema econômico funcional a partir do século XI encontra, em finais do século XIII, seus “limites naturais”, mergulhando a Europa em uma profunda depressão. Nos dois séculos seguintes, o sistema funcional entra em fase de desagregação em razão direta dessa longa depressão, enquanto uma nova forma de extração do excedente econômico afirma-se cada vez mais. É significativo, que essa nova forma de extração do excedente (a comercial), que acabará por se constituir no sistema econômico europeu vigente até meados do século XVIII, tenha sido viabilizada pelo próprio movimento de contínua expansão do sistema funcional.

É preciso que se tenha sempre em mente, que o fator primordial concorrente para a expansão europeia foi a adoção de algumas inovações técnicas que, permitindo uma maior e melhor produção de alimentos, levaram a um contínuo crescimento demográfico, que por sua vez impôs um alargamento geográfico das áreas agricultáveis, a fim de que a produção fosse suficiente para garantir a sobrevivência dessa população maior.

Ocorreu, no entanto, que mesmo tendo atingido a fase de consumo agrícola indireto no século XI, a Europa Ocidental não foi capaz de produzir alimentos em volume suficiente para alimentar sua crescente população. A demanda por produtos agrícolas se manteve maior do que sua oferta. A única alternativa viável para superar esse